

ENESP SUL 2025 movimenta o setor e firma protagonismo da segurança privada no Brasil

pág. 34



Fenavist
realiza
jantar de
confraternização

pág. 12

Site da Fenavist
tem um novo
espaço dedicado
ao Estatuto da
Segurança Privada

pág. 26

Entrevista
Giliardi
dos Santos
pág. 40

Concurso
“História de Vida
e Superação do Vigilante”
valoriza relatos reais
de coragem, perseverança
e dedicação à profissão

pág. 49

Confira:

Coluna Sindicatos página 58

Agenda de Eventos página 64

SUA MARCA NO MAIOR
HUB DE CONTEÚDOS DE
SEGURANÇA DO BRASIL!



ISC BRASIL
2026 ■ CONFERENCE

**01 e 02
setembro
2026**

Distrito Anhembi - SP

Na International Security Conference, sua marca se conecta diretamente a um público altamente qualificado, que busca inovação e tecnologia para transformar seus projetos e operações.

Um ambiente exclusivo onde fabricantes, integradores, distribuidores, gestores e especialistas se reúnem para discutir tendências, gerar oportunidades de negócios e definir o futuro da segurança integrada.

2 DIAS | 180H DE CONTEÚDO

A ESCOLHA DOS LÍDERES

+ 70% C-LEVEL

+ 60% PODER DE DECISÃO

+ 80% APROVAM O EVENTO



Garanta seu espaço e seja protagonista da transformação do setor!

Fale com nosso time de negócios:
comercial.iscbrasil@rxglobal.com

iscbrasil.com.br



APOIO:



UM EVENTO:



International Security
Conference & Expo

ORGANIZAÇÃO E PROMOÇÃO:



Que nos deixem trabalhar em 2026!

O ano de 2025 aproxima-se do fim. Foi um período intenso, marcado por avanços importantes e, ao mesmo tempo, por desafios que exigiram serenidade e firmeza. Vivemos os primeiros meses da Lei nº 14.967/2024 — o nosso Estatuto da Segurança Privada — e é evidente que os sinais são positivos. A nova legislação trouxe mais clareza, segurança jurídica e maturidade ao setor. Ainda assim, permanece a expectativa pela publicação do decreto regulamentador, etapa essencial para que o Estatuto alcance todo o seu potencial.

Também seguimos empenhados para que, ainda em 2025, o Congresso Nacional aprove o projeto de lei que regulamenta o tema do aprendizado, encerrando de vez interpretações jurídicas que tanto prejudicam as empresas do setor.

No campo econômico, embora tenhamos tido certa estabilidade, convivemos com a influência de um cenário político instável. As taxas impostas pelos Estados Unidos — agora em processo de reversão — afetaram direta ou indiretamente toda a cadeia produtiva. Somam-se a isso as obrigações sociais que não aparecem nas planilhas, mas pesam diariamente na operação das empresas, elevando custos e pressionando margens.

E, como se não bastasse, já percebemos movimentos claros de antecipação do debate eleitoral de 2026. É natural que o ambiente político se mobilize, mas nossa preocupação é que isso paralise pautas essenciais tanto na Câmara quanto no Senado.

Ainda assim, prefiro olhar para o que tem de bom — e há muito o que celebrar. O Estatuto está em vigor. O setor voltou a crescer em número de postos de trabalho. Os Enesp Nordeste e Sul foram um sucesso absoluto. Reforçamos nossa presença na ISC Brasil e na primeira



edição da Semana S, promovida pela CNC. A Missão Empresarial à Itália foi outro marco importante, em que fortalecemos relações internacionais e ampliamos horizontes para o setor.

Desejo que 2026 nos encontre com energia, saúde e foco e seja um ano produtivo, sem sobressaltos desnecessários. Que nos deixem trabalhar — porque sabemos trabalhar. O brasileiro sabe e gosta de trabalhar.

Desejo ainda um Feliz Natal e um Ano-Novo repleto de realizações, paz e bons encontros! Espero que o nosso setor siga unido, forte e confiante no futuro.

Obrigado pelo apoio ao longo de mais um ano.

Um abraço,

Jeferson Nazário
Presidente da Fenavist



Presidente

Jeferson Furlan Nazário

Vice-Presidente

Flávio Sandrini Baptista

Vice-Presidentes

Alex Bortoletti, Alípio José Castelo Branco Junior, Amílio José do Pilar, Andrea Carla Gomes Ferreira, Angelo Roberto Jacomini, Autair Luga, Avelino Lombardi, Carlos Anselmo de Sousa, Carlos Gualter Gonçalves de Lucena, Deuci Soares, Dilmo Wanderley Berger, Edimar Barbosa, Edmilson Pereira, Edson Pinto Neto, Francisco de Assis Bezerra da Fonseca, Jacymar Daffini Dalcamini, Jerfferson Simões, João Eliezer Palhuka, Joseph Ribamar Madeira, Luís Fernando Azevedo da Silva, Luis Gustavo Silva Barra, Marcelo Baptista de Oliveira, Marcelo Roberto Bianchin, Marcelo Rucker, Marco Antonio Lopes, Odair de Jesus Conceição, Paulo César Braga Icó da Silva, Paulo Roberto da Cruz Azevedo, Rafael Mendes Alcântara, Silvio Renato Pires, Urubatan Estevam Romero, Washington Umberto Cinel.

Vice-Presidentes Adjuntos

Alberto Mario Alves Fonseca, Aldair Neves Pinto Junior, Alexandre Tavares de Melo, Amauri de Oliveira Soares, Ari Favero Dal Bem, Carlins Ferraz dos Santos, Eveline Gurgel Monteiro, Fabiano Barreira da Ponte, Fernando Henrique Ribas, Flávio Eduardo de Patrício Ribeiro Junior, Francisco de Assis Bezerra da Fonseca, Gilberto Perera, João José Andrade de Almeida, José Evaldo Vieira, Lauro Santana, Marcus Vinícius Castro do Nascimento, Marestela Loss, Maurice Braunstein, Mirian Salete Bazote, Orlando Braga de Almeida, Paulo Roberto da Cruz Azevedo, Paulo Gonçalves da Silva, Percival Aracema, Sandro Maurício Smaniotti, Sérgio Augusto França Patrocínio, Tatiana Pereira Chelest Miras Diniz, Teila Rocha da Silva Pelanda, Waldemar Pellegrino Junior.

Vice-Presidentes Regionais

Agostinho Rocha Gomes, Alfredo Vieira Ibiapina, Frederico Crim Camara, Ivan Hermano Filho, José Pacheco Ferreira.

Vice-Presidentes Regionais Adjuntos

Francisco de Assis Bezerra da Fonseca, Paulo Roberto da Cruz Azevedo.

Conselho Fiscal

Denilson Colodetti Pinheiro, Eginaldo de Oliveira Silva, Halano Soares Cunha, José Jacobson Neto, Leonardo Vieira.

Delegados Representantes

Ivan Hermano Filho, Jacymar Daffini Dalcamini, Jeferson Furlan Nazário, Odair de Jesus Conceição.

Conselheiros Sesc/Senac

Jerfferson Simões, Lélio Vieira Carneiro, Sidney Tinoco, Urubatan Estevan Romero.

Conselho de Ex-Presidentes

Eunício Lopes de Oliveira, Lélio Vieira Carneiro, Cláudio Neves, Jerfferson Simões, Odair Conceição.

Superintendente

Ana Paula Queiroga

Jornalista Responsável

Luís Evangelista – DF 7273
ascom@fenavist.org.br

REDAÇÃO E EDIÇÃO

Ascom/Fenavist

REVISÃO

Fátima Loppi

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Lígia Uchôa

IMPRESSÃO E TIRAGEM

Gráfica Positiva - 2.500 exemplares

Entre em contato para fazer parte das nossas publicações.

ascom@fenavist.org.br
55 61 3327-5440

Fenavist

Ed Prime – SBS Qd 2 – Lote 15 – Bl. E – 16º andar
Salas 1.601/1.602 – CEP: 70070-120
Brasília-DF – Brasil Tel: 55 61 3327-5440
www.fenavist.org.br
fenavist@fenavist.org.br

A REVISTA FENAVIST SEGUE AS NOVAS NORMAS DO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA.



6 ISC Brasil Conference debate papel estratégico da segurança nas empresas

8 Fenavist discute os impactos da inteligência artificial na gestão de relações trabalhistas e sindicais

10 Artigo: $2025 - 1500 = 525 + 322 + 67 + 136 = \text{Brasil}$

12 Fenavist realiza jantar de confraternização

16 Artigo: Conspiração Econômica no Mercado de Licitações

18 43º Geasseg celebra os 25 anos de criação do encontro dos executivos de asseio e segurança

20 Artigo: ADO 55 e o Imposto sobre Grandes Fortunas: Entre a Competência-Dever e a Redefinição do Espaço de Liberdade do Legislador

24 Artigo: O impacto da Reforma Tributária para empresas do Setor de Segurança Privada, Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores

26 Site da Fenavist tem um novo espaço dedicado ao Estatuto da Segurança Privada

27 Lançado em agosto, livro "Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras" tornou-se uma referência para o segmento

30 Artigo: Segurança Privada 4.0: o impacto da inteligência artificial na proteção de pessoas e patrimônios

33 Coluna Segurança Inteligente: Manual de Segurança Institucional e Empresarial, de Augusto Cubas

34 CAPA: ENESP Sul 2025 movimenta o setor e firma protagonismo da segurança privada no Brasil

38 Artigo: NR1 Atualizada: Um Novo Olhar para a Saúde Mental no Trabalho

40 Entrevista: Giliardi dos Santos - Diretor na Orsegups Participações S/A, CTO e Co-Founder na Nexti, G5 e UbiSafe

32 Capa: Segurança Privada atinge a marca de 571 mil postos de trabalho

44 Empresários brasileiros conhecem segurança privada da Itália

46 Artigo: Cota para mulheres na segurança privada

49 Concurso História de Vida e Superação do Vigilante valoriza relatos reais de coragem, perseverança e dedicação à profissão

50 Coluna Trajetória Segura

54 Coluna Informação Segura

56 Coluna Fenavist

58 Coluna Sindicatos

62 Coluna Gente

64 Lista Sindicatos

65 Agenda



CASA DA SEGURANÇA PRIVADA: ESTANDE FENAVIST/SESVESP RECEBE EMPRESÁRIOS E AUTORIDADES DURANTE A ISC BRASIL 2025

Edição de 2026 já está confirmada nos dias 1º e 2 de setembro

Consolidado como a casa da segurança privada no evento, o estande da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), em parceria com o Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (SESVESP), recebeu empresários de todo o país, além de autoridades, durante os três dias da ISC Brasil 2025, realizada entre os dias 2 e 4 de setembro, no Distrito Anhembi, em São Paulo.

Destaque-se a visita do coordenador-geral de Controle de Serviços e Produtos da Polícia Federal, Cairo Costa Duarte; e da chefe da Divisão de Controle e Fiscalização da PF (DICOF), Denise Vargas Tenório. Os dois foram recebidos pelo presidente da Fenavist, Jeferson Nazário, no dia 3 de setembro.

Dezenas de empresários, lideranças estaduais e entidades parceiras também estiveram no local, palco de reuniões importantes de negócios, discussões sobre o futuro do segmento e intercâmbio de informações.

Foram três dias de intensa troca de experiências, fortalecimento de parcerias e debates sobre os desafios e avanços da segurança privada no Brasil.

Abertura

Apoiadora oficial da ISC Brasil, a Fenavist esteve presente na cerimônia de abertura. A entidade teve como representante o vice-presidente para Assuntos Financeiros, Urubatan Romero.

Ainda como parte das atividades, a Federação realizou, no dia 3 de setembro, a 18ª Reunião da Diretoria-Executiva (Gestão 2022–2026). Estiveram em discussão informações sobre a regulamentação do Estatuto da Segurança Privada, aprendiz e PCD, além de outros assuntos de interesse do segmento.

ISC Brasil 2025 supera expectativas

A 18ª edição superou as expectativas, com visitação superior à de 2024, contando ainda com 38 painéis, dos quais 25 distribuídos em dois palcos temáticos da ISC Conference e mais 13 no Palco °360.

“Foi uma edição incrível. Conseguimos oferecer painéis com conteúdo estratégico e de altíssimo nível, alinhados às tendências do setor, e receber um público extremamente qualificado, interessado não apenas em conhecer as novidades, mas em estabelecer negócios concretos e parcerias duradouras”, declara Jacqueline Gagliano, gerente da ISC Brasil.

No próximo ano, o ISC Conference ganhará mais protagonismo para fomentar a troca de conhecimento entre os participantes. A 19ª edição já está confirmada e acontecerá nos dias 1º e 2 de setembro de 2026.

“Nosso objetivo é concentrar as experiências e os conteúdos mais valiosos, permitindo que expositores e visitantes interajam melhor, garantindo que o evento seja ainda mais produtivo e estratégico. Assim, beneficiamos todos os participantes”, aponta Gagliano.

A ISC Brasil é o principal ponto de encontro do setor de segurança eletrônica, privada, pública, patrimonial e digital no Brasil. Promovida pela RX, reúne anualmente os principais fabricantes, integradores, prestadores de serviço, compradores corporativos e profissionais de segurança em um ambiente estratégico para networking, lançamento de tecnologias e geração de negócios.

Com foco em inovação, convergência de sistemas e soluções integradas, o evento será o grande hub de conhecimento e atualização profissional em 2026, por meio de conferências, painéis e encontros com especialistas do setor, uma referência para quem busca acompanhar as transformações e tendências que impactam a segurança no país.

(Informações da ISC Brasil)

GALERIA



Fenavist discute os impactos da inteligência artificial na gestão de relações trabalhistas e sindicais

A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) realizou, no dia 8 de outubro, o webinar Os impactos da inteligência artificial na gestão de relações trabalhistas e sindicais. Com a participação de Uirá Menezes, fundador e CEO da GRTS Digital, e de Marcelo Bianchin, vice-presidente da Federação para Assuntos Intersindicais e Executivo de RH do Grupo Prosegur, o evento mostrou na prática o modo como as novas tecnologias podem ser aplicadas em diversas áreas dos sindicatos e das empresas.

Entre os principais benefícios apresentados estão a redução no tempo de execução das tarefas e a menor probabilidade de erros que podem acarretar prejuízo, já que, com o uso dessas tecnologias, tem-se uma análise profunda de dados e melhor tomada decisão.

Em relação às Convenções Coletivas de Trabalho, o uso de inteligência artificial permite um comparativo minucioso dos acordos fechados nos anos anteriores de maneira que subsidiem as negociações. Além disso, as CCT podem ser analisadas em poucos minutos, permitindo que as empresas cumpram todas as normas corretamente, o que evita prejuízo financeiro.

“Nos últimos dois anos, as empresas no Brasil pagaram R\$ 94 bilhões em sentenças trabalhistas. Grande parte desse valor, estimado entre 40% e 45%, está relacionada com os erros de aplicação das cláusulas das convenções e acordos coletivos de trabalho”, afirmou Uirá Menezes.



Durante a apresentação, Marcelo Bianchin explicou que o uso correto da inteligência artificial traz mais competitividade.

“Para mim, o maior impacto será na redução de custos e agilidade. Quando se fala de redução de custos não é só gente, são erros. Erros em folha, em aplicação, de interpretação. Então, a meu ver, o impacto maior será na redução de custos. Ao ter uma redução de custos e tempo, a empresa fica mais ágil, seus processos fluem melhor e mais competitiva”, argumenta o vice-presidente da Fenavist para Assuntos Intersindicais.

Vale destacar que a Federação possui uma parceria com a GRTS Digital, que oferece condições especiais aos sindicatos e associados. Essa colaboração permite o acesso a uma plataforma inovadora e de fácil utilização, que integra funcionalidades para a digitalização de processos críticos.

Para mais informações, acesse <https://fenavist.grtsdigital.com.br/>

Enquanto algumas operações acumulam riscos, **outras evoluem com inteligência.**

DE QUE LADO VOCÊ ESTÁ?



+ 455 mil instrumentos coletivos transformados em conhecimento.



Monitoramento diário dos instrumentos celebrados, mandatos sindicais e outros.



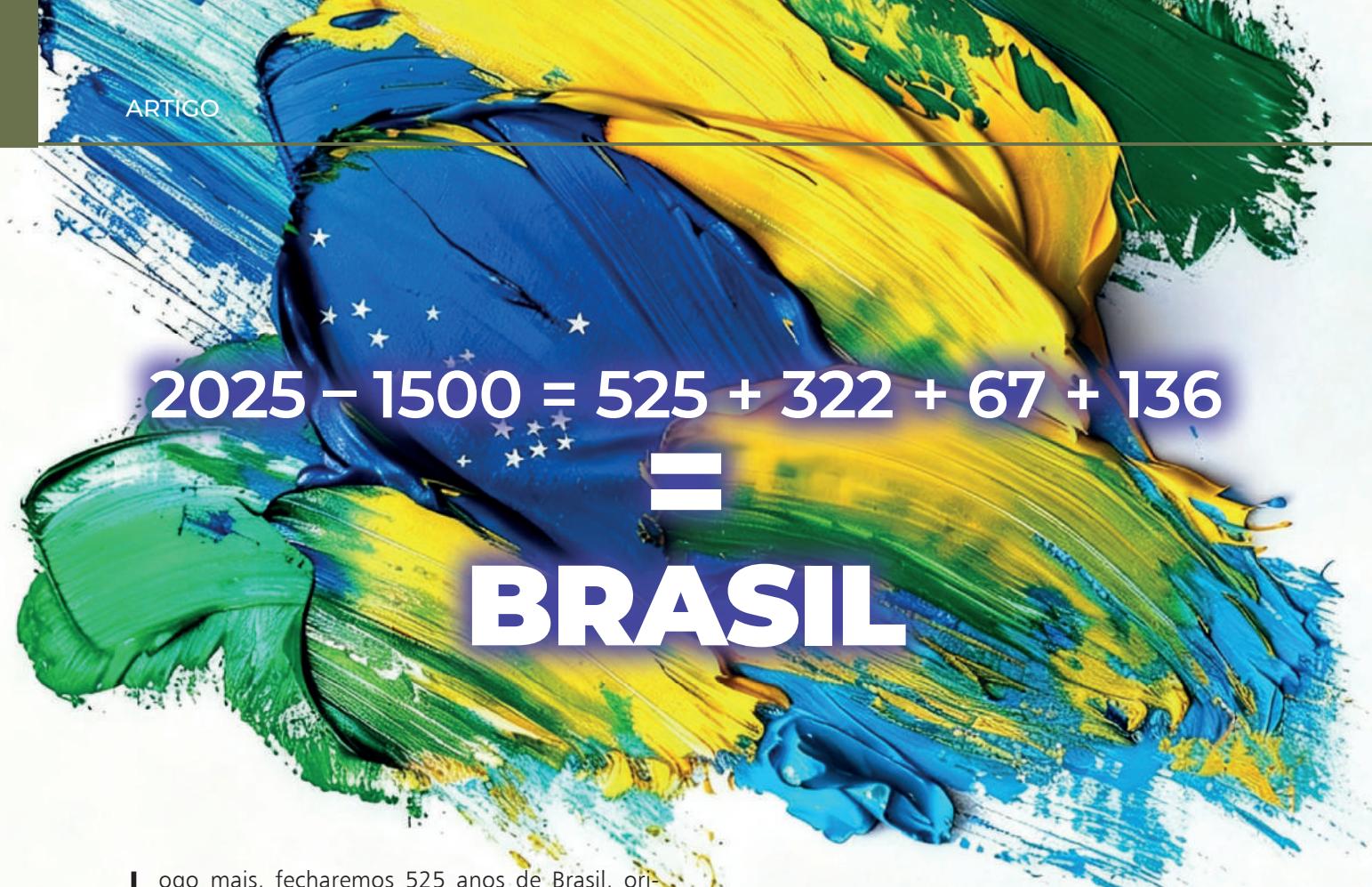
Análise e resumo executivo das CCTs prontos para serem aplicados.

Saiba mais em:



@grtsdigital

Dados seguros para tomada de decisões mais precisas. Conte com a Norma para garantir a mitigação de passivos trabalhistas e a aplicação correta das obrigações de fazer e pagar.



2025 – 1500 = 525 + 322 + 67 + 136
=

BRASIL

Logo mais, fecharemos 525 anos de Brasil, originalmente Pindorama (nome indígena), depois Ilha de Vera Cruz (nome dado pelos primeiros portugueses que por aqui chegaram), adiante Terra de Santa Cruz (em 1503, pois Ilha não era), Terra do Brasil (em 1505, devido à exploração do pau-brasil), Estado do Brasil (1549, quando do estabelecimento do governo-geral), Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve (1815, por ter sido elevado à condição de reino), Império do Brasil (1822, na Independência), Estados Unidos do Brasil (1889, na Proclamação da República), e, por último, República Federativa do Brasil (1969, Emenda Constitucional nº 1, promulgada pela junta militar que governava o país).

Então, temos 525 anos, dos quais 322 como colonizados, 67 como súditos (o Reino de Portugal veio fugido para o Brasil, em fins de 1807, e “apressou” a Independência, em 1822) e 136 como cidadãos da República (que veio em 1889, um ano após o fim da escravidão, certo de que fomos o último país do ocidente a dela abdicar). Em poucas linhas, uma visão de nossa longa-corta história.



Hélio Gomes Coelho Júnior
Advogado, professor de Direito do Trabalho na PUC-PR e consultor jurídico da Fenavist

Vejamos o presente. Em 2025, seguimos entre as 10 maiores economias do mundo (USA, China, Alemanha, Japão, Índia, Reino Unido, Itália, Canadá e Brasil), com um PIB de 2,31 trilhões (em dólares). Quem nos diz é o FMI. O número é impressionante. Já no PIB per capita (como valor total de bens e serviços produzidos por um país dividido pelo número de habitantes), o Brasil ocupa a nada olímpica posição (a 87^a), dado que a divisão dos trilhões (de dólares) pelos milhões (são 213,4 milhões) de habitantes assim o coloca. Quem segue dizendo é o FMI e, para avalizar, há o coeficiente Gini (indicador socioeconômico criado pelo demógrafo italiano Corrado Gini, em 1912).

É o Brasil que temos e não necessariamente o que queremos ou merecemos, mas 2025 mostra números alvissareiros e animadores, que desautoraram os "pitonisos", "videntes", "adivinhos" ou "oráculos". E como o Brasil tem palpiteiros, a maioria é formada de pessimistas quanto ao futuro e otimistas quanto ao passado, como ensinava Lewis Mumford.

Bom ver que a estimativa da inflação está rebatida para 4,55% e que o dólar acomodado na casa dos R\$ 5,40 e que a bolsa ultrapassou os 150 mil pontos, pela primeira vez na sua história, e que o "tarifaço" (e não convém relembrar as razões dele) não fez o "strike" prognosticado; e, não menos importante, que milhões (ao redor de 90) de brasileiros, entre eles os empregados com ganhos até R\$ 5.000,00, que ficarão isentos, e os que, com até R\$ 7.350,00, pagarão menos imposto de renda. Aplausos de pé.

Deitemos olhos ao Brasil que trabalha sob os auspícios do emprego, aquele regulado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e concedido pelas empresas.

O país tem hoje (dados divulgados em outubro) 49.912.343 portadores de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), agora em sua versão digital, número recorde na série histórica iniciada em 2012, o que permite afirmar que bem mais da metade da população brasileira vive dela, direta (trabalhador) ou indiretamente (sua família), fruindo de direitos básicos enraizados desde a Constituição Federal/88. O setor que mais emprega é o de serviços e ele segue não listado entre os 17 setores que se beneficiam da desoneração da folha de pagamento, desde 2012. Os lobbies congressuais são habilidosos, bem sabemos. Por sua vez, a taxa de desemprego segue recuando, ao redor de 5,6%, certo de que esse percentil é significativamente me-

nor em alguns estados, como exemplos Paraná e Santa Catarina.

Com a CF e CLT, que os regulam, proliferaram convenções e acordos coletivos de trabalho, que alcançaram expressivos 37.482 instrumentos (de janeiro a outubro/25), também estimulados pela orientação do Supremo Tribunal Federal (STF) que, no ano anterior, fixou, com o tema 1046, a validade de normas coletivas de trabalho que limitem ou restrinjam direito trabalhista não assegurado constitucionalmente. A liberdade de considerar o negociado sobre o legislado, via coletiva, tem impulsionado os concertos sindicais.

Para ornar, a partir de 1/1/26, o salário-mínimo está projetado para R\$ 1.631,00, com um acréscimo de 7,44%, sobre o atual de R\$ 1.518,00. Pela conjugação acima, os salários têm crescido e, na média, a renda de todos os brasileiros ocupados em setembro alcançou R\$ 3.507,00, o maior valor da série histórica.

Ao início: 2025 está indo... deu mais certo do que os especialistas, oraculistas, videntes e tarólogos supunham. Que venha 2026!



Fenavist realiza jantar de confraternização

Celebração reuniu parlamentares, autoridades, presidentes de sindicatos e associações que representam a segurança privada brasileira

Na noite do último dia 25 de novembro, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) realizou o tradicional jantar de fim de ano. A celebração, no Clube de Engenharia, em Brasília, reuniu deputados, senadores, autoridades, presidentes de sindicatos e associações, além de empresários de todo o país. Em clima de harmonia, os convidados comemoraram os desafios superados em 2025 e começaram a projetar 2026.

Em breve discurso, o presidente da Fenavist, Jefferson Nazário, fez questão de ressaltar que, apesar da celebração, o ano não acabou. "Tem ainda muitas novidades. Do congresso, deve vir uma dessas novidades nas próximas semanas, pois, em conversa com o senador Laércio e também com o deputado Luiz Gastão, falamos sobre o jovem aprendiz", afirmou.

Nazário lembrou que o ano de 2025 teve muitos desafios, mas, com muita determinação, o segmento continua firme, rumo ao desenvolvimento.

"O ano inteiro foi tumultuado. Tarifas que aumentaram, com prejuízo de vários setores. O nosso setor vem sempre sofrendo com muitas obrigações sociais que não constam nas planilhas, mas constam nas nossas contas e acabam gerando um caos no setor. Mas, como eu disse, hoje é o dia que a gente fala de coisas boas. Então, meus amigos, espero que 2026 seja um ano em que possamos ter muita energia, saúde e que Deus nos abençoe. E que nos deixem trabalhar. É disso que a gente precisa, que nos deixem trabalhar e parem de criar novidades que venham atrapalhar o empresário. É isso que a gente pede. O brasileiro sabe trabalhar, é criativo e guerreiro. Mas todo dia estão surgindo complicações e degraus que a gente tem que estar a toda a hora nos superando", explicou.

O presidente da Fenavist também deixou uma mensagem de fim de ano.

"Um bom Natal! Um bom Ano-Novo! Que tenhamos, como eu disse, um 2026 próspero, com muita saúde, muita paz e que o nosso setor continue sempre unido com líderes exponentes como todos vocês. Muito obrigado", finalizou.

A presença do senador Laércio Oliveira (PP-SE) e do deputado federal Luiz Gastão (PSD-CE) no jantar reafirma a importância da relação que a Fenavist tem construído junto com o Congresso Nacional.

Destaque-se a participação do coordenador-geral de Controle de Serviços e Produtos da Polícia Federal, Cairo Costa Duarte.

O presidente da Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac), Edmilson Pereira de Assis, também esteve presente, assim como os presidentes e diretores de diversos sindicatos estaduais.

Reunião de Diretoria

Na manhã do dia 25 de novembro, a Diretoria-Executiva da Fenavist reuniu-se, em Brasília, para a 20ª reunião da Gestão 2022-2026. O encontro foi o último do ano.

Na pauta de discussão: Regulamentação da Lei 14.967/2024 de 9/9/2024 (Estatuto da Segurança Privada); Informações sobre Aprendiz e PCD; Informações Parlamentares; Informações Jurídicas; Comissão das Convenções Coletivas de Trabalho – Diretrizes 2026; Informações do Grupo de Trabalho sobre o recolhimento do SESC/SENAC; Apresentação Parceiro INASEP; além de outros assuntos de interesse da atividade.



Boas festas



Boas festas



Boas festas



Conspiração Econômica no Mercado de Licitações

A degradação econômica (ofertas anormais ou insustentáveis) ocorre quando determinadas empresas apresentam propostas artificialmente baixas, sabidamente inexequíveis ou irrisórias, com o objetivo de desequilibrar o mercado e expulsar concorrentes legítimos, ou ainda pela falta de critério, ou por conhecimento dos seus custos.

Essa conduta tem efeito semelhante ao dumping econômico, reduz o preço a níveis insustentáveis, inabilitiza a execução regular do contrato e gera prejuízo à Administração, que depois se vê obrigada a rescindir os contratos. Em muitos casos, tais ofertas são utilizadas como estratégia de entrada ou de manipulação do mercado, desorganizando o equilíbrio econômico e comprometendo a livre concorrência, o que caracteriza conspiração contra a ordem econômica e administrativa.

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 59, §1º, inciso IV, permite a desclassificação de propostas manifestamente inexequíveis, justamente para coibir essa prática. O TCU também tem advertido que a aceitação de preços “anormalmente baixos” representa falha grave de gestão e afronta os princípios da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa.

Esse tipo de comportamento afeta não apenas a Administração Pública, mas o mercado de terceirização e serviços continuados, no qual a estrutura de custos é objetiva e previsível. Quando propostas “ridículas” são aceitas, abrem-se brechas para inadimplemento de obrigações trabalhistas, substituição de empresas idôneas por aventureiras e descrédito do sistema licitatório e das empresas em geral.



Vilson Trevisan
Consultor Econômico da Fenavist

Para reduzir esses riscos, recomenda-se exigir planilhas de composição de custos detalhadas, analisar a exequibilidade técnica e financeira das propostas, aplicar critérios de julgamento com base em parâmetros objetivos e referenciais de mercado.

A conspiração econômica, por degradação de preços, constitui grave ameaça à integridade das licitações. Em ambos os casos, há manipulação intencional do resultado competitivo, conduzindo à ineficiência do gasto público e à violação do princípio da economicidade.





O combate a essas práticas exige análise técnica rigorosa e atuação preventiva dos órgãos de controle, para garantir que o preço vencedor seja exequível, justo e compatível com a realidade do mercado e não fruto de uma estratégia de destruição concorrencial.

Vale lembrar que a responsabilidade é somente do gestor da empresa. A atividade empresarial impõe responsabilidades em múltiplas dimensões: material, econômica, financeira, física e moral. Apostar no “imaginável”, sem base sólida, é tão assustador quanto o próprio termo. Defina com sua equipe os limites reais dos seus orçamentos. Se não estiverem dentro da margem correta, o aperto será inevitável e o resultado perderá seu objetivo.

Sempre é bom abordar o tema, pois o mercado está seguindo uma rota de colisão com a realidade dos custos.

Com a nova legislação licitatória, alguns artigos nos permitem melhorar nossos argumentos e contestar o estado atual. Mas isso exige investimento e estratégia para mudar as regras do jogo. E, a partir de janeiro do próximo ano, entra em vigor a nova legislação tributária, que irá impactar diretamente no preço dos serviços e no formato dos orçamentos. É hora de repensar nossas propostas com seriedade e visão de futuro.



43º Geasseg celebra os 25 anos de criação do encontro dos executivos de asseio e segurança

Evento realizado em Natal-RN reuniu representantes dos sindicatos ligados à Fenavist e à Febrac

Profissionais de todo o país estiveram reunidos, em Natal-RN, entre os dias 30 e 31 de outubro, para a 43ª Edição do Encontro do Grupo de Executivos dos Sindicatos de Empresas de Asseio e Segurança (GEASSEG). Promovido pela Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e pela Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac), em parceria com o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Rio Grande do Norte (Sindesp-RN) e com Sindicato das Empresas Prestadoras de Serviço de Locação de Mão de Obra do Estado do Rio Grande do Norte (Sindprest-RN), o evento marcou as celebrações de 25 anos do GEASSEG.

Temas como liderança e valor em tempos de transformação; comunicação estratégica; processo eleitoral e sincronia de mandatos das entidades sindicais; criatividade; responsabilidade do tomador de serviços no assédio moral fizeram parte das discussões.

Destaque também para uma reunião realizada pela superintendente da Fenavist, Ana Paula Queiroga, com os executivos dos sindicatos ligados à entidade para discutir o Estatuto da Segurança Privada.

25 anos de GEASSEG

A edição de Natal do GEASSEG foi histórica e marcou as comemorações de 25 anos de criação do grupo, que tem atuado ao longo da sua história, pautado por integração, profissionalização e intercâmbio de conhecimento.

Em texto compartilhado pelo executivo do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio de Janeiro (Seac-RJ), José de Alencar Magalhães, um dos pioneiros na formação do grupo, ele lembrou que o projeto inicial do GEASSEG foi criado em 2000, em Anápolis-GO, com base no planejamento estratégico PLANIEX, com a proposta de modernizar e integrar o sistema sindical empresarial. "Desde então, o GEASSEG consolidou-se como referência nacional em qualificação profissional, intercâmbio de informações, aprimoramento das negociações coletivas, gestão sindical e fortalecimento institucional das entidades patronais", afirmou.

Alencar destacou ainda o caráter singular da iniciativa no ecossistema sindical – não há estrutura similar em outros setores como comércio, indústria ou sistema financeiro. "Modelo único no sindicalismo patronal, o GEASSEG tornou-se patrimônio institucional da Fenavist e da Febrac que, desde a origem, reconhecem e estimulam seu papel estratégico."

Com a marca comemorativa dos 25 anos, segundo os executivos, o GEASSEG seguirá como fórum de liderança, inovação e cooperação entre executivos sindicais, empenhado em fortalecer a representação patronal e a prestação de serviços às empresas representadas.



**Seja parceiro
da Connta Crédito
e ofereça crédito
acessível para
seus colaboradores.**



Na Connta Crédito, acreditamos que o sucesso de uma empresa começa pelo equilíbrio de quem trabalha nela. **Ofereça um benefício que transforma vidas e reflete em resultados reais: crédito consignado com taxas acessíveis, segurança e agilidade.**

- **Sem custo para a empresa;**
- **Reduz o turnover**
- **Aumenta a produtividade**
- **Melhora o engajamento e o bem-estar financeiro**

Empresas que adotam esse benefício relatam maior retenção de talentos, mais foco no trabalho e um ambiente organizacional mais leve e estável.

**Com a Connta, sua empresa cuida do
que tem de mais valioso: as pessoas.**



Entre em contato conosco

✉ comercial@conntacredito.com.br
📞 (11) 98865-0777

ADO 55 E O IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS: ENTRE A COMPETÊNCIA-DEVER E A REDEFINIÇÃO DO ESPAÇO DE LIBERDADE DO LEGISLADOR



Éder Machado Leite

Consultor jurídico da
Fenavist

Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) é o instrumento por meio do qual o Supremo Tribunal Federal controla a inércia do Legislativo em produzir leis que são indispensáveis para a efetividade da Constituição Federal. Trata-se de mecanismo para transformar comandos constitucionais em normas operativas, especialmente nos casos em que a Constituição exige atuação legislativa como condição para realizar plenamente determinado preceito. Além disso, a ADO é medida excepcional, cabível em casos extremos, nos quais “a inefetividade se instala, frustrando a supremacia da Constituição”, para “suprir o déficit de legitimidade democrática da atuação do Legislativo”¹.

Para que não se incorra, todavia, no risco de transformar a ADO em meio para a judicialização plena da política, é preciso considerar que nem tudo é omissão legislativa. Há um espaço de liberdade conferido ao legislador para que opte em produzir normas que regerão as relações entre Estado e sociedade, bem como entre os indivíduos que compõem essa sociedade.

No caso da ADO 55, discutiu-se a omissão do Congresso Nacional em regulamentar o Imposto sobre Grandes Fortunas, previsto no art. 153, VII, da Constituição, que dispõe sobre a competência de a União instituir impostos sobre grandes fortunas, nos termos de lei complementar. O Tribunal, por maioria, reconheceu a mora legislativa e afirmou ser inconstitucional a ausência de lei complementar reguladora da matéria.

¹ BARROSO, Luís Roberto. *O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência*. 9^a ed. São Paulo: Saraiva, 2022, p. 332

I. Quebra de paradigma e superação da jurisprudência

O julgamento representa inflexão teórica relevante. A jurisprudência histórica do STF sempre tratou a competência tributária como faculdade política, um espaço de conformação reservado ao legislador. Tradicionalmente, afirmava-se que o Tribunal não poderia instituir, ainda que indiretamente, tributos, nem compelir a edição de leis tributárias. A decisão da ADO 55, porém, rompe esse paradigma ao concluir que a Constituição tendo previsto determinado imposto, essa previsão não constitui simples autorização, mas um mandamento dirigido ao legislador, cuja inércia se torna inconstitucional.

Esse movimento, perceptível no voto proferido pelo min. Marco Aurélio, relator do processo, aponta para leitura segundo a qual a existência do IGF não é apenas possível, mas constitucionalmente exigida em virtude da “grave e renitente crise econômica revelada pelo déficit persistente das contas públicas dos entes federados, potencializada em decorrência da pandemia de covid-19” e das dificuldades em cumprir com os objetivos fundamentais da Constituição Federal². Nesse sentido, entendeu-se pela legitimidade de o Judiciário declarar a mora e determinar a atuação legislativa.

II. Redefinição da competência tributária: da faculdade ao dever

A competência tributária sempre foi descrita pela doutrina como facultativa³, isto é, como possibilidade — e não como obrigação — de instituir o tributo. A ADO 55 desloca esse entendimento: ao reconhecer a omissão do Congresso, o STF afirma que a União possui competência-dever, não mera competência-faculdade.

Ao declarar a mora legislativa, o STF parte da premissa de que a Constituição, ao prever o IGF, não conferiu ao legislador a liberdade de simplesmente ignorar o comando constitucional. A consequência é profunda: a natureza das competências tributárias passa a ser reinterpretada em sua densidade constitucional mínima, ainda que dependente de lei complementar para se materializar.

III. Interferência no espaço de deliberação política do Congresso

A decisão, além de atingir o conceito de facultatividade tributária, reacende debate clássico sobre separação dos Poderes. A questão central é saber se o STF, ao declarar a mora legislativa, invadiu o espaço de liberdade política do Congresso — liberdade de não legislar.

Os votos que compuseram a maioria reconhecem essa tensão, mas sustentam que, quando a Constituição estabelece um comando claro, a omissão legislativa prolongada deixa de ser opção e passa a configurar descumprimento de um dever constitucional. Com isso, esse acórdão passa a compor as análises a propósito dos limites e do equilíbrio entre o dever de legislar e a autonomia do Parlamento para selecionar suas pautas, entre os limites e a possibilidade de o Judiciário intervir na autonomia legislativa.

IV. Razões históricas e técnicas da não institucionalização do IGF

A despeito dos debates jurídicos sobre os limites do Judiciário, sobre conceitos acadêmicos e populares de ativismo judicial, a decisão não enfrentou, em profundidade, fatores reais que podem explicar por que o IGF não foi instituído desde 1988:

² Art. 3º, da Constituição Federal.

³ Ainda que a jurisprudência endereçasse mitigação da facultatividade para o ICMS, o entendimento consolidado informava que a opção pelo não tributar era legítima.

Ausência de conceito consensual de “grande fortuna” — o Congresso jamais conseguiu construir critérios objetivos de base de cálculo, espécies de bens incluídos ou excluídos, limites de isenção e mecanismos de avaliação patrimonial. Sem as forças de consenso, o processo legislativo não avança, ainda que o Judiciário determine que o Congresso Nacional sane a omissão constitucional;

Risco de bitributação e bis in idem — já há tributos sobre patrimônio imobiliário (IPTU, ITR), sobre veículos (IPVA) e contribuições incidentes sobre domínios econômicos específicos. A criação do IGF demandaria forte coordenação constitucional para evitar sobreposição incompatível com o art. 150, I, da CF.

Elevado potencial de judicialização — qualquer tentativa de instituir o tributo enfrentaria contestação imediata em razão da definição de riqueza, eventuais cumulatividades/bitributação e alegações de confisco.

Esses fatores, embora relevantes, não foram determinantes para o STF, que se ateve ao plano normativo do dever de legislar.

V. A opção legislativa já exercida: tributação diferenciada de altas rendas

O Congresso adotou, recentemente, regime de tributação mais gravosa para pessoas físicas com rendimentos superiores a R\$ 600 mil anuais, reforçando que há espaço político para políticas redistributivas. Esse dado, embora não substitua o IGF, sinaliza que o Parlamento não é inerte em matéria de progressividade fiscal, o que torna mais complexo o diagnóstico de omissão pura.

VI. Experiências estrangeiras e a fuga internacional de capitais

A análise comparada reforça os desafios estruturais do IGF. Países como França, Alemanha, Dinamarca e outros experimentaram modelos de taxação da riqueza. A França extinguiu o Impôt de Solidarité sur la Fortune e o substituiu por tributo restrito a patrimônio imobiliário, em razão da fuga de capitais. A Alemanha suspendeu seu imposto sobre riqueza após decisões judiciais sobre base de cálculo. A literatura registra que cargas patrimoniais elevadas tendem a estimular deslocamento de ativos para jurisdições mais competitivas, o que exige forte cooperação internacional — desafio ainda pouco amadurecido no Brasil.

Conclusão

A decisão da ADO 55 inaugura paradigma inédito no constitucionalismo tributário brasileiro. Ao transformar a competência tributária da União em dever vinculante, o STF revisita sua jurisprudência e redistribui o peso entre separação de poderes, efetividade constitucional e liberdade legislativa.

A mudança de paradigma, embora o reconhecimento da mora tenha base textual no art. 153, VII, é profunda e projeta debates relevantes: redefinição da natureza das competências constitucionais, limites do controle judicial da omissão legisferante, desafios técnicos da instituição do IGF e impactos sistêmicos decorrentes de modelos internacionais de tributação patrimonial.



Você ganha mais.

advance

O melhor jeito de pagar e receber salário



Folha de pagamento
automatizada e integrada



Gestão prática de
despesas corporativas



Economia de até 90%
do tempo do RH



Operações ágeis,
seguras e práticas



Benefícios para seus
colaboradores



Acesse somapay.com.br

@somapayoficial

O impacto da Reforma Tributária para empresas do Setor de Segurança Privada, Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores



Adriano Marrocos
Contador da Fenavist

O objetivo deste artigo é apresentar uma análise dos impactos da Reforma Tributária sobre o consumo, regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, especificamente sobre o setor de segurança privada; vigilância patrimonial; escolta armada; transporte de valores; monitoramento eletrônico; e serviços integrados de segurança (facilities com componente de segurança), setores representados nacionalmente pela Fenavist, que reúne milhares de empresas e emprega mais de 700 mil profissionais no Brasil.

O primeiro ponto a destacar é que não há redução de base nem de alíquota para o setor na LC nº

214/2025, ou seja, nenhum serviço ligado à segurança aparece nos Anexos que receberam redução de 60% da alíquota (educação, saúde, medicamentos, agro, higiene básica).

Dessa forma, duas consequências diretas são que a carga efetiva tende a subir (o setor tem baixa recuperação de créditos, pois a folha de pagamento não gera crédito); e os contratos, tanto públicos quanto privados, tendem a sofrer desequilíbrio.

Adiante é apresentado estudo simples sobre a carga efetiva (diferença entre a alíquota nominal e os créditos recuperáveis):

1. Alíquota estimada de 27% (as discussões giram entre 25% e 27,5%, considerando IBS e CBS)

Componente	Peso médio	Gera crédito?	Observação
Folha de pagamento	60% a 80%	✗ Não	Principal custo; não gera crédito
Uniformes, EPIs	3%	✓ Parcial	Gera crédito apenas se tributado com IBS/CBS
Armas, munições	2%	✓ Parcial	Depende da tributação efetiva
Serviços terceirizados	5 a 8%	✓ Parcial	Depende do regime do fornecedor
Veículos e manutenção	6 a 10%	✓ Sim	Forte fonte de crédito
Tecnologia e sistemas	3 a 6%	✓ Sim	Rastreadores, rádios, centrais

2. Simulação de carga efetiva

Créditos aproveitáveis	Carga efetiva	Créditos aproveitáveis	Carga efetiva
20%	27% – (27% × 0,20) = 21,60%	30%	27% – (27% × 0,30) = 18,90%

Mesmo em cenários otimistas, o setor dificilmente terá uma carga abaixo de 17%.

Quanto ao desequilíbrio econômico-financeiro, há que considerar, em relação aos contratos privados, que, se as empresas tomadoras dos serviços não forem optantes do SIMPLES Nacional, poderão usar créditos de IBS/CBS. Assim, a normalidade será mantida em relação aos processos de emissão de nota fiscal, com IBS/CBS destacados.

Entram, no entanto, nos atuais processos o rastreamento dos créditos e as planilhas de simulação, afinal o crédito somente poderá ser utilizado após a empresa de segurança efetuar o recolhimento do imposto devido e as planilhas serão necessárias para renegociações.

É importante destacar que o art. 374 da LC nº 214/2025 garante reequilíbrio obrigatório “sempre que a implantação do IBS e da CBS alterar os custos originais”. Então, será necessário apresentar dossier técnico para cada contrato, com a demonstração da carga antiga e da carga nova, com planilhas que comprovem a apuração e o desequilíbrio, o que irá justificar a renegociação.

Quanto aos contratos públicos, a aplicação do artigo 374 será ainda mais relevante e necessário. Assim, os cuidados e o zelo indicados anteriormente deverão ser reforçados.

Enfim, a consequência do desequilíbrio econômico, na sua essência, é o aumento dos preços.

Diante desse cenário que se apresenta, já a partir de 2026, são sugeridas algumas ações:

1. **Consultar a Secretaria de Fazenda ou Secretaria de Economia da sua Unidade da Federação e confirmar a adesão ao modelo de nota fiscal unificada.**
2. **Buscar treinamento especializado para treinar sua equipe.**
3. **Até meados de 2026, mapear todas as fontes de crédito potenciais (identificar fornecedores e prestadores de serviços optantes do SIMPLES Nacional e consultá-los se irão**

optar pelo chamado “SIMPLES Híbrido”, ou seja, se irá recolher o IBS e a CBS e manter o SIMPLES Nacional para o IRPJ, a CSLL e a contribuição previdenciária).

4. **Ao longo de 2026, iniciar a revisão dos contratos, preparando planilhas com os tributos atuais e lançar IBS/CBS na mesma planilha, com alíquota de 25% (mais otimista). Quando a alíquota for definida, basta corrigir.**
5. **Considerando que em 2027 a CBS estará plenamente implantada e o IBS em fase de teste, as justificativas de reequilíbrio deverão ser apresentadas, reavaliando margem de lucro e preços.**
6. **Com o estudo do item 3, deverão ser priorizados os contratos com geradores de crédito, a não ser que os preços praticados justifiquem a manutenção dos contratos atuais.**
7. **A partir de 2029, será necessário concluir a revisão do modelo de negócio, a estruturação de fornecedores geradores de créditos e a migração de softwares integrantes da gestão.**

Assim, a LC 214/2025 trouxe um novo cenário para o setor de segurança privada, pois não haverá benefício setorial, principalmente decorrente da elevada carga tributária e haverá necessidade de reestruturação contratual, que pode gerar concorrências desleais. A reestruturação de contratos e a revisão de preços serão necessárias, mas é preciso definir estratégias para tratar dos assuntos, que são delicados na relação comercial com clientes.

A defesa da competitividade do setor, tanto sob a ótica “técnica”, quanto da “atuação política”, será necessária, afinal, o setor é intensivo em mão de obra e tem baixa geração de crédito, como deve ocorrer com o setor de serviços em geral. Trabalhar o conceito de “crédito presumido” e o reconhecimento da atividade de interesse público deve estar nas metas para o setor em 2026 e 2027, principalmente durante e após o resultado das eleições.

Site da Fenavist tem um novo espaço dedicado ao Estatuto da Segurança Privada

Usuários podem acessar a nova legislação, guia com as principais mudanças, além de esclarecer dúvidas

Em 9 de setembro, a Lei nº 14.967/2024, conhecida como Estatuto da Segurança Privada, completou um ano em vigor. Com cerca de 70 artigos, o texto trata minuciosamente das obrigações, dos direitos e das penalidades, abrangendo todas as particularidades do setor, uma legislação que eleva a segurança privada brasileira a outro patamar. O Estatuto é um dos regramentos mais completos do mundo.

Diante das inúmeras mudanças trazidas pela Lei nº 14.967/2024, empresas e contratantes, significativamente impactados pela nova legislação, estão em processo de adaptação.

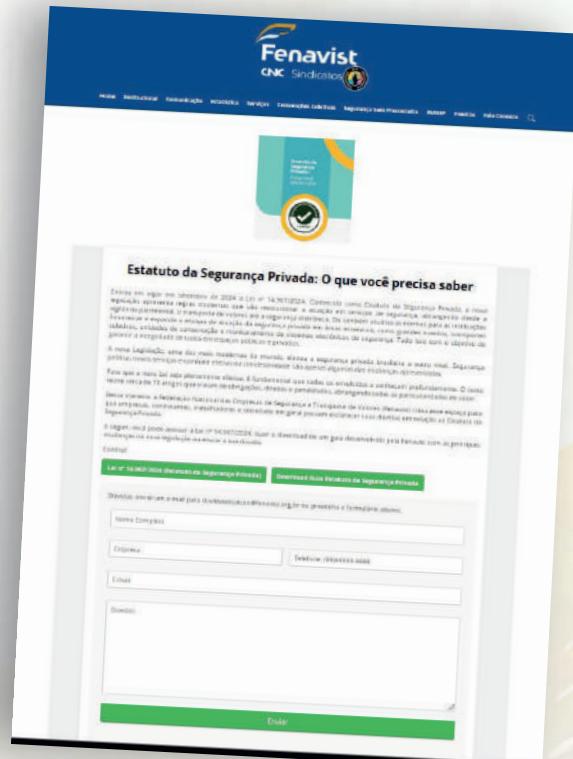
Como forma de ajudar nesse processo e permitir que o Estatuto da segurança Privada atinja o seu máximo potencial, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) criou um espaço no site da entidade dedicado ao tema (https://fenavist.org.br/protecao_responsabilidade/).

Empresas, contratantes, trabalhadores e sociedade em geral podem acessar a Lei nº 14.967/2024, fazer o download de um guia com as principais mudanças, além de enviar dúvidas sobre a nova legislação de forma rápida e segura.

A ação faz parte da campanha desenvolvida pela Fenavist em parceria com os sindicatos estaduais, cujo objetivo é informar o setor sobre os principais pontos e as exigências da nova legislação; disponibilizar as entidades como referências técnicas e jurídicas; estimular a adequação rápida das empresas às novas exigências legais, para redução da clandestinidade e maior formalização.

Em outra frente, a Federação tem atuado perante a Polícia Federal e o Ministério da Justiça para que o decreto regulamentador da Lei nº 14.967/2024 seja publicado ainda este ano, mais tardar no início de 2026.

Nas reuniões com as autoridades, a Fenavist tem deixado clara a importância do decreto, uma vez que muitos artigos da nova legislação dependem da regulamentação para entrar em vigor.



Lançado em agosto, livro **Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras** tornou-se uma referência para o segmento

Publicação pode ser adquirida no site Clube de Autores

Em menos de quatro meses, o livro Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras, de autoria da advogada Celita Oliveira Sousa, já é considerado uma referência em relação às mudanças e às atualizações trazidas pela Lei nº 14.967/2024. A obra é uma contribuição relevante para o entendimento jurídico e institucional do setor de segurança privada, especialmente no contexto da nova legislação.

O olhar de quem atua no meio sindical e no setor de segurança privada há mais 40 anos é um dos diferenciais do livro, que foi construído com um texto robusto em informações, mas prático e de fácil entendimento dos leitores.

A obra, com quase 200 páginas, oferece uma visão precisa, prática e comparativa sobre o novo marco regulatório. Da evolução histórica à análise internacional, passando por comentários artigo por artigo, o livro torna-se ferramenta indispensável no campo do Direito Empresarial, Trabalhista, Sindical e Administrativo.

Mais que um guia jurídico, é um instrumento estratégico para entender os impactos, as inovações e as oportunidades criadas por uma legislação que transforma profundamente o setor no país.

O livro Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras está disponível para compra no site Clube de Autores (<https://clubedeautores.com.br/livro/estatuto-da-seguranca-privada-e-da-seguranca-das-instituicoes-financeiras>).



Conheça o



World Security Congress

2026

Onde

C-Levels e Heads da Segurança Privada se conectam e fazem negócios

Em **2026** acontece o evento de relacionamento para líderes do setor de segurança privada. O **6º World Security Congress**, evento realizado pela **Federação Mundial da Segurança – WSF**, trará em 2026 uma visão atenta ao mercado, com uma programação que parte do ideal colaborativo possibilitado pela globalização.

criando um futuro seguro

É através de trocas e compartilhamentos que avançamos no planejamento de estratégias, no desenvolvimento de soluções e possibilhamos o acesso à ferramentas que auxiliam no enfrentamento de desafios. Dessa forma, as trilhas de palestras propostas pelo WSC'26 se articulam nos temas: **Experiências, Conhecimento e Tendências Emergentes**. O objetivo é que através dos debates, o congresso possa analisar a trajetória dos desafios que o mercado percorreu e antecipar as necessidades que estão chegando.

O WSC Brazil será um espaço para que os principais especialistas do setor de segurança compartilhem suas experiências e visões sobre as tendências para o futuro. O evento também proporcionará um valioso intercâmbio de ideias entre profissionais do ramo, vindos de diferentes regiões e culturas.

Para esta edição, o evento tem a previsão de reunir cerca de **3.000 líderes, estrategistas, diretores e analistas da área de segurança, além de autoridades do setor**. Simultaneamente ao WSC'26, ocorrerá o World Security Show, uma exposição que trará as inovações do setor. O evento reunirá, em um único espaço, as melhores opções do mercado. O objetivo da exposição é exibir de forma concreta as últimas inovações em segurança mundial, promovendo o encontro entre fornecedores e consumidores.

O WSC'26 é uma oportunidade imperdível para as empresas que buscam visibilidade internacional, pois as empresas poderão apresentar suas soluções para a demanda de segurança institucional e empresarial em crescimento, facilitando ótimos negócios e o intercâmbio com empresários globais.

O congresso é, além de tudo, uma forma de comemorar a incrível conquista da Federação Mundial da Segurança – WSF, que **em 2024 foi reconhecida pela ONU - Organização das Nações Unidas - como uma entidade de valor mundial, conquistando um lugar à mesa da ECOSOC** - Conselho Econômico e Social da ONU, este status permite que a WSF tenha um papel ativo nas atividades e processos de tomada de decisão do ECOSOC, bem como de seus órgãos subsidiários, o que amplia suas capacidades de influência e participação em fóruns internacionais.

No WSC'26 você vai encontrar



3000

C-LEVELS E HEADS
DA SEGURANÇA
PRIVADA



06

ESPAÇOS DE
CONTEÚDOS
COM TRADUÇÃO
SIMULTÂNEA



30

HORAS DE
DEBATES SOBRE O
MERCADO



+5500

M² DE
POSSIBILIDADES



78

ESPAÇOS PARA
NEGÓCIOS E
OPORTUNIDADES

Visite o congresso da segurança privada



22 e 23 de Abril 2026

Distrito Anhembi – São Paulo

www.wscbrazil.com

Garanta sua participação:



Realização:



Patrocínio:



Organização:





Segurança Privada 4.0: o impacto da inteligência artificial na proteção de pessoas e patrimônios



**Filipe Augusto
de Oliveira**
Advogado WSF

A segurança privada vive um momento de transformação profunda. Se antes o foco era essencialmente humano e operacional, hoje a tecnologia se tornou protagonista. Sistemas de videomonitoramento inteligente, reconhecimento facial, análise preditiva e controle de acesso automatizado estão redefinindo os limites da vigilância. Nesse cenário, a inteligência artificial (IA) emerge como o principal vetor de mudança, trazendo novos paradigmas sobre eficiência, privacidade e responsabilidade jurídica.

A "Segurança Privada 4.0" reflete essa convergência entre pessoas, processos e dados, e impõe desafios que vão muito além do aspecto técnico, alcançando o campo ético, regulatório e contratual. É nesse contexto que se insere a presente reflexão: como a IA está redesenhando a atividade de segurança privada no Brasil e no mundo? Quais são seus reflexos jurídicos e operacionais?

A evolução tecnológica do setor

A antiga Lei nº 7.102, de 1983, que por mais de quatro décadas disciplinou a segurança privada no Brasil, foi concebida em um cenário tecnológico completamente distinto — sem Internet comercial, câmeras digitais ou reconhecimento facial. Esse arcabouço normativo tornou-se gradualmente defasado diante das profundas transformações tecnológicas do setor. A nova Lei nº 14.967, de 9 de setembro de 2024, surge justamente para atualizar esse marco legal e reconhecer uma realidade em que a automação, a análise de dados e a inteligência artificial desempenham papéis centrais nas atividades de segurança.

Empresas do setor têm investido em centros de operação remota, drones autônomos, análise comportamental por IA e integração com sistemas públicos de segurança, o que amplia significativamente sua capacidade de resposta. A presença humana continua indispensável, mas cada vez mais orientada pela informação, não apenas pela vigilância direta.

Essa transição tem impacto direto sobre o perfil do profissional de segurança: o vigilante do futuro precisará dominar ferramentas tecnológicas, compreender protocolos de proteção de dados e atuar em conjunto com sistemas inteligentes que processam informações em tempo real. A capacitação deve ser constante em todos os setores de uma empresa.

Em países como os Estados Unidos e os membros da União Europeia, o uso da inteligência artificial na segurança privada já é regulamentado por diretrizes específicas. O AI Act europeu (aprovado em 2024) estabelece níveis de risco para cada tipo de aplicação, impondo controles rigorosos ao reconhecimento facial e exigindo transparência algorítmica. Nos EUA, a integração entre empresas

privadas e órgãos públicos de segurança, coordenada pelo Department of Homeland Security (DHS), fomenta o uso ético da IA em videomonitoramento e análise preditiva, sempre com foco na proteção de dados e na accountability das decisões automatizadas. Essas experiências internacionais mostram que inovação tecnológica e responsabilidade jurídica podem caminhar juntas, oferecendo um modelo a ser observado pelo Brasil.

Inteligência artificial e responsabilidade jurídica

O uso da IA na segurança privada suscita um debate jurídico essencial: quem responde por eventuais danos causados por decisões automatizadas?

Imagine um sistema de reconhecimento facial que identifique erroneamente uma pessoa como suspeita, gerando uma abordagem indevida ou constrangimento. A responsabilidade seria da empresa de segurança, do desenvolvedor do software, do contratante ou de todos solidariamente?

Ainda não há legislação específica no Brasil que regule essas situações, embora o Marco Legal da Inteligência Artificial (PL 2.338/2023, em tramitação — remetida à Câmara dos Deputados) proponha princípios como transparência, governança e prestação de contas. Até lá, prevalecem as regras gerais do Código Civil e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que impõem o dever de segurança, sigilo e uso proporcional das informações pessoais.

Nesse sentido, as empresas do setor devem adotar políticas internas de compliance digital, registrando os parâmetros de decisão dos sistemas e garantindo que o uso da IA não viole direitos fundamentais, como a imagem, a honra ou a privacidade.

O papel estratégico da IA na prevenção e resposta

A aplicação mais promissora da IA na segurança privada não está apenas na vigilância, mas na análise preditiva — a capacidade de antecipar riscos.

Algoritmos treinados com dados históricos e comportamentais podem identificar padrões suspeitos, alertar sobre aglomerações incomuns, detectar objetos abandonados e até prever tentativas de invasão com base em rotinas de acesso. Isso representa uma mudança de paradigma: de uma segurança reativa para uma segurança preventiva e inteligente.

Além disso, a IA permite otimizar recursos humanos, reduzindo custos operacionais e aumentando a eficiência dos postos de vigilância. Em um mercado competitivo e regulado, essa combinação de tecnologia e gestão pode ser o diferencial entre sobreviver ou se destacar.

Desafios éticos e humanos

Apesar de seu potencial, a inteligência artificial não é neutra. Ela reflete os dados com os quais foi treinada, podendo reproduzir vieses discriminatórios e decisões injustas.

Cabe às empresas de segurança, em parceria com seus departamentos jurídicos e de tecnologia, implementar políticas de auditoria algorítmica e supervisão humana constante. O elemento humano — empático, ético e sensível — continua sendo o verdadeiro guardião da legitimidade da atividade de segurança.

Outro ponto crucial é a valorização e requalificação profissional. A tecnologia deve ser vista como aliada, não substituta. O vigilante que opera sistemas inteligentes passa a exercer função de alta responsabilidade, o que exige capacitação contínua e reconhecimento compatível.

Vale destacar que a inteligência artificial não é o futuro da segurança privada, é o presente. A questão não é mais “se” será adotada, mas como implementá-la de modo ético, eficiente e seguro em termos jurídicos.

O desafio para o setor é encontrar o equilíbrio entre inovação e responsabilidade, eficiência e dignidade



humana. A IA pode e deve ser uma ferramenta poderosa de proteção, desde que utilizada sob os princípios da legalidade, transparência e proporcionalidade.

A “Segurança Privada 4.0” representa uma nova era, em que o ser humano deixa de ser apenas o executor da vigilância para se tornar o gestor da inteligência, com apoio da tecnologia, mas guiado por valores jurídicos e morais inegociáveis.

Referências:

- Lei nº 14.967/2024 — Dispõe sobre o exercício da segurança privada e da segurança orgânica, e dá outras providências.
- Lei nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- Projeto de Lei nº 2.338/2023 — Marco Legal da Inteligência Artificial no Brasil.
- Nota do autor:

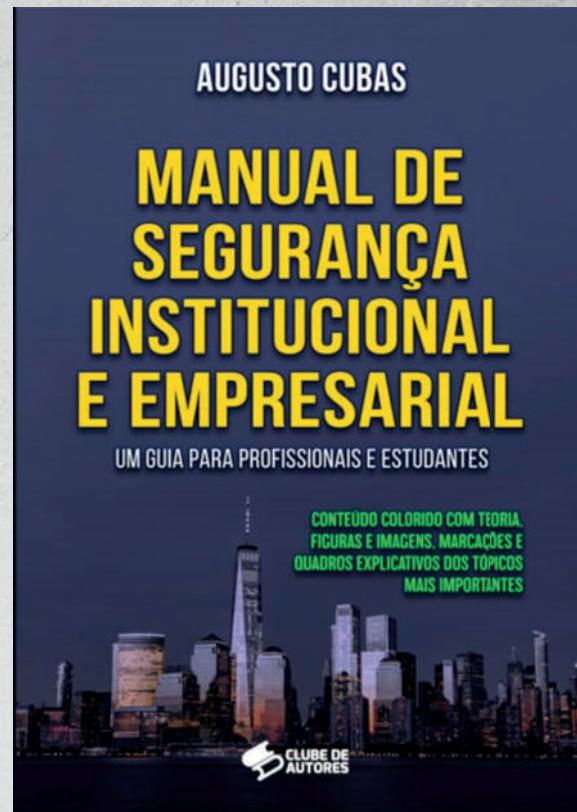
As menções a práticas internacionais baseiam-se em informações públicas do Department of Homeland Security (EUA) e no Artificial Intelligence Act da União Europeia, ambos disponíveis em seus portais oficiais.

Manual de Segurança Institucional e Empresarial, de Augusto Cubas

À indicação de leitura da Biblioteca de Segurança desta edição é o Manual de Segurança Institucional e Empresarial, de Augusto Cubas, uma obra abrangente, atual e escrita para quem vive a segurança no dia a dia, seja no setor público, seja no ambiente corporativo.

Sinopse: O livro reúne os temas essenciais do universo da segurança organizacional, apresentando uma visão ampla, porém objetiva, das práticas necessárias para proteger pessoas, ativos e operações. Embora não pretenda esgotar o assunto, oferece uma compilação robusta dos tópicos mais relevantes, tanto para profissionais experientes quanto para estudantes e candidatos a concursos na área. São tratados temas fundamentais como segurança física de áreas e instalações, proteção de dignitários e executivos, gestão de riscos, planos de segurança, continuidade de negócios, gerenciamento de crises, segurança da informação, prevenção e combate a incêndios, atividade de inteligência e muito mais. A obra adota recursos visuais coloridos, quadros explicativos e marcações que facilitam a compreensão e a fixação do conteúdo.

Para o setor de segurança corporativa e para empresários da vigilância patrimonial, o livro de Cubas oferece uma contribuição prática e estratégica. Em um cenário onde riscos físicos, operacionais e reputacionais se sobrepõem, compreender os pilares da segurança institucional é decisivo para elevar a maturidade das organizações. Temas como planejamento de contingências, comunicação em eventos críticos, integração com inteligência e análise de riscos são, hoje, diferenciais competitivos para empresas de segurança que buscam entregar valor, reduzir incertezas e apoiar decisões executivas.



Além disso, ao combinar conceitos clássicos com práticas atuais, o manual ajuda profissionais a navearem por um ambiente em que as demandas por conformidade, prevenção e resposta eficaz se intensificam. O conteúdo também contribui para a formação de equipes mais preparadas, seja na linha de frente da vigilância, seja nos níveis gerenciais responsáveis por estratégias de proteção e continuidade de negócios.

Com linguagem clara e didática, a obra se torna uma excelente opção para quem deseja fortalecer sua base conceitual, atualizar práticas e estruturar uma visão integrada de segurança organizacional.

Acesse www.bibliotecadeseguranca.com.br e explore um acervo com mais de 4.000 títulos dedicados à gestão de riscos, prevenção de perdas, fraudes, segurança patrimonial, inteligência e temas correlatos. Boa leitura e até a próxima edição!



ENESP SUL 2025 movimenta o setor e firma protagonismo da segurança privada no Brasil

*Blumenau reúne lideranças nacionais
para debater inovação,
legislação e o futuro da atividade*

A cidade de Blumenau-SC recebeu entre 15 e 17 de Outubro um dos encontros mais estratégicos da segurança privada brasileira. O Encontro das Empresas de Segurança Privada da Região Sul 2025 (ENESP) reuniu dezenas de empresários, dirigentes e lideranças do setor de todo o país em um ambiente de diálogo, integração e inovação.

Promovido pela Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), em parceria com os Sindicatos do Paraná, Rio grande do Sul e Santa Catarina (Sindesp-PR, Sindesp-RS e Sindesp-SC), o evento evidenciou a força empresarial da região Sul e o peso político que o setor exerce na economia e na segurança do país.

A cerimônia de abertura contou com a presença de autoridades locais e nacionais, entre elas a do prefeito Delegado Egídio, da vice-prefeita Maria Regina de Souza Soar, do deputado federal Rafael Pezenti (MDB-SC), do deputado estadual Napoleão Bernardes (PSD-SC), do presidente da Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac), Edmilson Pereira de Assis, e do presidente da Central Brasileira do Setor de Serviços (Cebrasse), João Diniz.

“O ENESP mostrou que, quando unimos forças e compartilhamos conhecimento, criamos um ambiente propício à inovação e ao crescimento sustentável do setor. A integração entre as lideranças regionais é essencial para o desenvolvimento nacional da segurança privada”

O momento institucional foi acompanhado por apresentações típicas e pela presença da Corte da Oktoberfest, que deu boas-vindas aos participantes, reforçando a identidade cultural da região, que celebraram a tradição e a hospitalidade catarinense.

O presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Santa Catarina, (Sindesp-SC), Dilmo Berger, anfitrião do encontro, destacou o papel estratégico do ENESP: “Vivemos um momento de grandes transformações. O ENESP é uma oportunidade de ampliar o diálogo sobre o futuro da segurança privada, fortalecer as empresas do setor e aproximar ainda mais a iniciativa privada da segurança pública, com foco em tecnologia e inovação”.

Realizado no Caiuá Premium Hotel, o evento promoveu uma imersão em uma programação técnica intensa, com discussões sobre o Estatuto da Segurança Privada (Lei nº 14.967/2024), inovações tecnológicas e o impacto da inteligência artificial no ambiente corporativo.

O coordenador-geral de Controle de Serviços e Produtos da Polícia Federal, Cairo Costa Duarte, abriu a programação técnica com uma análise sobre as inovações trazidas pelo Estatuto e o papel estratégico do setor no ecossistema de segurança nacional.



Na sequência, a palestra Tecnologia e Inteligência Artificial Aplicada ao Setor de Serviços, com Giliardi dos Santos, apresentou reflexões sobre o modo como a transformação digital está redefinindo processos e abrindo caminho para uma nova era de eficiência e inteligência operacional.

“O ENESP mostrou que, quando unimos forças e compartilhamos conhecimento, criamos um ambiente propício à inovação e ao crescimento sustentável do setor. A integração entre as lideranças regionais é essencial para o desenvolvimento nacional da segurança privada”, avaliou Sílvio Renato Pires, presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Rio Grande do Sul (Sindesp-RS).

O vice-presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Paraná (Sindesp-PR), Fernando Ribas, reforçou a maturidade do setor: “Temos avançado em gestão, tecnologia e qualificação. Eventos como esse fortalecem a união entre os estados e reafirmam o compromisso das empresas com a excelência e a segurança da sociedade”.



“O ENESP 2025 demonstrou a força e a organização do setor na região Sul. Estamos avançando em diálogo com o poder público e construindo um ambiente regulatório moderno, que estimula o investimento em tecnologia e inteligência.”



O evento foi encerrado com o espetáculo Incrivelmente Mágico. O mágico e hipnólogo, Sanny Machado, trouxe leveza e interação, encerrando o dia em clima de celebração.

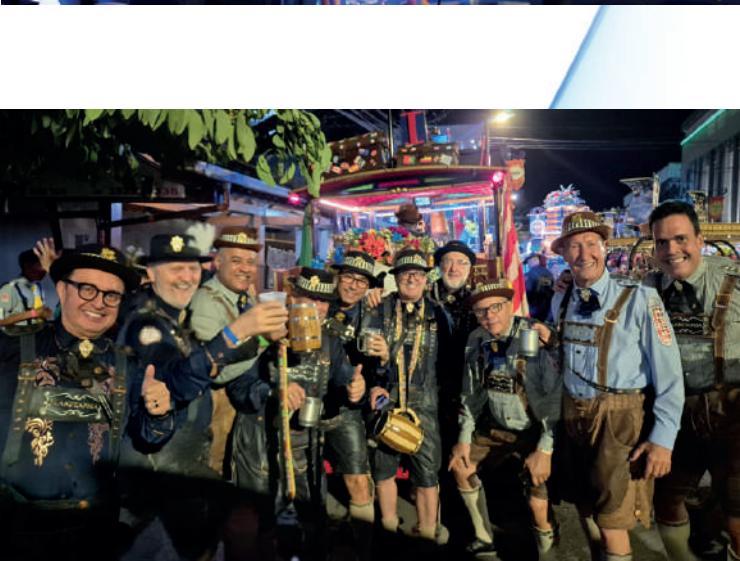
O presidente em exercício da Fenavist, Flávio Sandrini, destacou a importância do evento no cenário nacional: “O ENESP 2025 demonstrou a força e a organização do setor na região Sul. Estamos avançando em diálogo com o poder público e construindo um ambiente regulatório moderno, que estimula o investimento em tecnologia e inteligência. É esse protagonismo que garante o futuro da segurança privada no Brasil”.



Reuniões das federações

As atividades no Vale do Itajaí contaram com reuniões das federações nacionais do setor de serviços. A Fenavist promoveu a 19ª Reunião da Diretoria-Executiva, também no Caiuá Premium Hotel. O encontro reuniu representantes de todo o país para discutir avanços e desafios do setor.

Entre os temas discutidos, estiveram a Regulamentação da Lei nº 14.967/2024, políticas de inclusão de aprendizes e PCDs, convenções coletivas de trabalho e contribuições ao Sesc/Senac.



Integração na Oktoberfest

Além da programação técnica, os participantes do ENESP Sul tiveram a oportunidade de vivenciar um dos momentos mais tradicionais da cultura catarinense: a Oktoberfest. Em um clima de confraternização e integração, os presidentes das entidades nacionais e regionais participaram de um desfile especial em parceria com a Planetapeia. O ENESP Sul também contou com um camarote exclusivo na festa, proporcionando um espaço de relacionamento e celebração.

Com uma programação intensa e produtiva, o ENESP Sul 2025 foi um marco para o setor, evidenciando a força e a integração dos sindicatos da região Sul e reforçando o protagonismo nacional das entidades organizadoras.

O evento contou com o patrocínio da Somapay Digital Bank, Chiella e Donatti, Phenix Assessoria, Bulla, ICAEPS, Vigicred, NEXTI e Vallora Benefícios.

(Com informações da assessoria de imprensa do Sidnesp-SC)

NR1 ATUALIZADA: Um Novo Olhar para a Saúde Mental no Trabalho

Falar sobre segurança no trabalho vai muito além de equipamentos de proteção e sinalizações visíveis. Então, é nesse contexto que surgem as Normas Regulamentadoras (NRs), criadas para padronizar medidas que previnam acidentes e promovam a saúde dos trabalhadores. A NR1 define diretrizes gerais com validade a partir de maio de 2025, que incluem avaliações de riscos psicossociais, com foco na saúde mental.

Segundo dados da Previdência Social, em 2022, mais de 280 mil pessoas foram afastadas por transtornos mentais e comportamentais. Entre os motivos mais comuns estão episódios depressivos, transtornos ansiosos e reações ao estresse grave. Esses números revelam uma realidade que necessita de ações mais concretas.

A NR1 foi atualizada para colocar as pessoas no centro do cuidado. A norma exige que empresas identifiquem, avaliem e previnam riscos não só físicos e químicos, mas também aqueles ligados ao sofrimento psíquico e às pressões emocionais do trabalho. Isso inclui fatores como jornadas exaustivas, metas abusivas, falta de reconhecimento, comunicação hostil ou ausência de apoio das lideranças. O foco está em proteger o trabalhador não apenas de acidentes, mas também do adoecimento invisível.

Diferentemente das normas anteriores, essa mudança possui obrigatoriedade aos empregadores de considerarem os riscos psicossociais como parte do Programa de Gerenciamento de Riscos. Agora é preciso olhar para a forma como o ambiente de trabalho afeta emocionalmente quem está ali



NOVA NR 1
Empresas devem priorizar
Saúde Mental a partir de
Maio de 2025

Bem +
benefícios

todos os dias. O descumprimento da norma pode gerar autuações e responsabilidades legais para as empresas.

Durante o evento "A Reinvenção da Convenção Coletiva de Trabalho", promovido pela Bem Mais Benefícios, em Salvador, Juliana Albano, advogada e uma das facilitadoras do painel, destacou a importância de uma atuação sindical mais estratégica e integrada às necessidades reais do mercado. Ela afirmou: "O sindicato pode se dispor como um parceiro das empresas, oferecendo soluções como capacitação e consultoria em normas regulamentadoras". A fala reforça de que modo iniciativas conjuntas e inovadoras podem reposicionar o sindicato como um elo estratégico entre empresas e trabalhadores.

Mais do que uma obrigação legal, a nova NR1 representa um convite à empatia. Ao exigir que empresas considerem a saúde mental como parte de sua responsabilidade, a norma aponta para um futuro em que produtividade e humanidade caminham juntas.

Afinal, cuidar de quem trabalha é também uma forma de garantir o próprio futuro do trabalho.

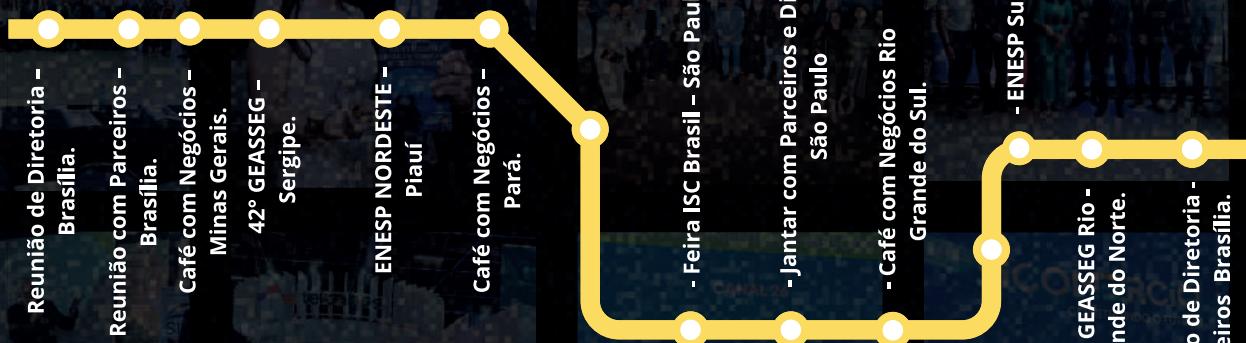
Café com Negócios

Em 2025, o INASEP consolidou o Café com Negócios como um dos mais importantes encontros de articulação da segurança privada no país. Realizado em diferentes estados ao longo do ano, o evento aproximou empresários, sindicatos, especialistas e autoridades, promovendo debates estratégicos sobre inovação, legislação, tecnologia e crescimento sustentável para o setor. Cada edição reforçou a missão do Instituto de fortalecer conexões, ampliar conhecimento e fomentar parcerias que impulsionam a segurança privada nacional. Em 2025, o Café com Negócios se tornou referência em diálogo, conteúdo e construção coletiva.

Estados onde o Café com Negócios aconteceu em 2025:

- Minas Gerais
- Pará (Belém)
- Paraná (com Sindesp/PR)
- Rio Grande do Sul

POR ONDE PASSAMOS



Fortalecimento Institucional em 2025

Ao longo de 2025, o INASEP ampliou sua presença em agendas nacionais, participando de reuniões estratégicas, assembleias, fóruns empresariais, encontros técnicos e eventos que fortaleceram a articulação entre sindicatos, empresas especializadas, entidades representativas e o poder público. A participação ativa em diferentes regiões do Brasil reforçou o compromisso do Instituto com a construção coletiva, a representatividade e a consolidação de políticas que impulsionam o setor. O ano também foi marcado por marcos institucionais relevantes, com debates sobre regulamentação, qualificação profissional, relações institucionais, inovação e perspectivas para o futuro da segurança privada no país.

Conheça nossos parceiros





Entre vista

GILIARDI DOS SANTOS

Diretor na Orsegups Participações S/A, CTO e Co-Founder na Nexti, G5 e UbiSafe

O uso da inteligência artificial é um caminho cada vez mais buscado por empresas de todos os tipos de atividade. Para entender o modo como essa mudança afeta a segurança privada e as empresas do segmento, a Revista Fenavist conversou com exclusividade com Giliardi dos Santos.

Com uma atuação marcante de mais de 25 anos nos setores de desenvolvimento de software, gestão de pessoas e implementação de soluções para otimização de processos com foco em eficiência e estratégia, Giliardi é um líder na área.

Durante a entrevista, ele deu uma visão de como as novas ferramentas podem tornar a operação mais ágil, inteligente e conectada. Confira!

A integração homem-tecnologia não é um conceito novo na segurança privada. Gradativamente, as empresas têm incluído mais ferramentas tecnológicas no dia a dia. No entanto, é perceptível que esse processo não é homogêneo dentro do mercado. Como o senhor avalia essa integração e a forma com as empresas do setor utilizam a tecnologia?

Vejo a integração entre homem e tecnologia como um processo inevitável e cada vez mais necessário. O setor de segurança vem evoluindo, mas de forma desigual — há empresas que já estão bastante avançadas no uso de tecnologia e outras ainda dando os primeiros passos. Essa diferença acontece por diversos fatores, desde a maturidade digital até o perfil de gestão de cada organização.

De forma geral, acredito que as empresas que entendem a tecnologia como aliada do profissional têm obtido melhores resultados. E é importante reforçar: não acredito que as máquinas ou a inteligência artificial venham para substituir o homem. Elas serão, na verdade, grandes aliadas — ampliando capacidades, reduzindo riscos e tornando o trabalho humano mais eficiente, estratégico e inteligente.

O senhor acredita que as empresas de segurança privada têm utilizado a tecnologia de maneira correta, como uma aliada? Ou ainda existem casos que a tecnologia, aplicada de forma inadequada, tem agido como limitadora?

Ainda vemos muitos casos de aplicação inadequada. Por muito tempo, nosso setor sofreu com a falta de ferramentas realmente adequadas ao negócio — desde ERPs até sistemas de operação de campo. As soluções disponíveis eram genéricas, não conversavam com as particularidades da segurança privada e, muitas vezes, acabavam frustrando os gestores, gerando traumas e desconfiança.

Hoje, com tecnologias mais maduras e desenvolvidas sob medida para o setor, esse cenário vem mudando. Quando bem aplicada, a tecnologia é uma grande aliada: melhora a comunicação entre as áreas, aumenta a produtividade e dá mais poder de decisão ao gestor. Mas é fundamental que cada empresa entenda o seu nível de maturidade e escolha ferramentas que façam sentido para o seu contexto, e não apenas pela tendência do mercado.

A utilização de novas ferramentas tecnológicas sempre se apresenta com uma questão: custo ou investimento? Como essa análise deve ser feita pelas empresas?

Essa é uma análise que deve ser feita de forma estratégica. Tecnologia não é custo — é investimento quando está alinhada à operação e à estratégia da empresa. O erro comum é adotar soluções apenas pelo modismo, sem uma visão clara de retorno.

Um bom exemplo vem da integração entre segurança humana e segurança eletrônica. Quando as duas áreas trabalham juntas, apoiadas por dados e inteligência, o resultado é exponencial. Imagine uma plataforma em que imagens e sensores detectam comportamentos anormais e, de forma automática, enviam a informação para a equipe de vigilância mais próxima. Nesse caso, o investimento não só se paga, como aumenta a eficiência e a capacidade de resposta. Portanto, a tecnologia deve ser vista como investimento quando tem propósito e mensuração de resultado.

Nos últimos anos, a inteligência artificial, algo que por muito tempo se apresentou como ficção em filmes ou como um futuro distante, tornou-se realidade. O que isso significa no mundo dos negócios? É um caminho sem volta?

Sem dúvida, é um caminho sem volta. A inteligência artificial deixou de ser um tema de laboratório ou de ficção científica para se tornar parte do dia a dia das empresas. Ela está presente nas decisões estratégicas, nas análises de dados, nos atendimentos automatizados e até nas operações de campo.

Hoje, a IA já é capaz de transformar completamente a dinâmica de eficiência e de gestão. As empresas que não a incorporarem de forma planejada e responsável ficarão para trás. O ponto central é que a IA não é mais sobre “o futuro”, mas sobre relevância no presente. E a irrelevância, nos tempos atuais, é um risco real de sobrevivência empresarial.

**Como a inteligência artificial pode ser aplicada nas empresas prestadoras de serviço, principalmente na segurança privada?**

A IA pode ser aplicada de muitas formas, e uma das mais poderosas é na ampliação da capacidade dos profissionais da segurança privada. Ela deve ser usada como uma ferramenta para torná-los mais ágeis, assertivos e proativos.

Imagine um operador de central que recebe dezenas de alertas simultâneos — a IA pode priorizar os eventos com maior risco, sugerir ações com base em histórico, e até prever situações de risco e evitar que aconteçam. Assim, o profissional deixa de ser apenas reativo e passa a atuar de forma estratégica. A tecnologia eleva o nível do serviço e valoriza o trabalho humano.

Quais os principais benefícios da utilização da inteligência artificial? É possível fazer uma estimativa da redução do tempo de execução das atividades?

Os benefícios são muitos: aumento da produtividade, redução de falhas, agilidade na tomada de decisão e, principalmente, previsibilidade. A IA permite que as empresas saiam do modo “reação” e passem a operar de forma predictiva, antecipando cenários.

Quanto à redução de tempo, é possível estimar, sim, mas depende do grau de maturidade e de planejamento de cada organização. Quando a estratégia está bem alinhada com as ferramentas e o processo é estruturado, os ganhos podem ser expressivos. A IA não é uma solução isolada — é parte de um plano. E quando bem implementada, transforma completamente o desempenho da operação.

Em termos financeiros, é possível calcular o quanto as empresas podem economizar em longo prazo com a adoção da inteligência artificial?

Sim, e nós já temos exemplos concretos. Baseados em casos que já implementamos, alcançamos economias muito significativas — variando de 15% a até 80%, dependendo do tipo de processo e da maturidade da operação.

Essas reduções vêm de várias frentes: otimização de rotinas administrativas, automação de tarefas repetitivas, melhor uso de equipes e eliminação de desperdícios. Além da economia direta, há também ganhos intangíveis — como melhor qualidade, previsibilidade e satisfação do cliente. A IA, quando bem aplicada, é um vetor real de produtividade e rentabilidade.

O senhor gosta de citar o exemplo da Microsoft, que já tem 30% das atividades realizadas por inteligência artificial. Como o senhor enxerga esse percentual no contexto brasileiro, considerando a maturidade tecnológica das empresas locais?

De fato, o Satya Nadella, CEO da Microsoft, afirmou este ano que cerca de 30% do trabalho da empresa já é realizado por inteligência artificial. Isso é um marco importante, e mostra que mesmo uma gigante global precisou repensar seus processos e entender em que áreas a IA realmente agregaria valor.

No caso deles, a aplicação mais efetiva foi na parte da codificação, em que a IA consegue acelerar enormemente o trabalho dos desenvolvedores, mas o ponto central não é o “o que” eles fizeram, e sim o “modo como” pensaram: a Microsoft entendeu o seu processo produtivo, identificou em que áreas a IA seria mais útil e a aplicou com propósito.

Essa lição é perfeitamente aplicável ao nosso setor. As empresas de segurança e facilities também precisam olhar para dentro e se perguntar: em que áreas a IA pode me ajudar mais hoje?

Talvez não seja no posto de vigilância, mas na escala de trabalho, no monitoramento inteligente de ocorrências, na previsão de faltas, na análise de imagens,

na roteirização de rondas ou até na comunicação com os clientes.

Não é sobre copiar o que as empresas de tecnologia fazem, mas sobre aprender com a forma como elas pensam: entender os processos críticos do nosso negócio e aplicar a IA de forma prática, para aumentar eficiência e gerar valor real.

Esse é o movimento que precisamos começar a fazer — e quanto antes começarmos, mais preparados estaremos para o futuro que já está em curso.

Atualmente, as empresas estão sendo inundadas de ofertas de produtos que adotam a inteligência artificial. Por onde elas devem começar para não caírem em falsas promessas?

Vivemos um momento de euforia tecnológica — e, junto com grandes oportunidades, surgem também promessas milagrosas. Como diz o ditado, “quando a esmola é demais, o santo desconfia”.

O primeiro passo é entender qual problema se quer resolver ou qual melhoria se busca alcançar com IA. Depois, validar cuidadosamente os fornecedores, priorizando aqueles que já têm projetos testados e adaptados à realidade do setor. É importante lembrar que IA não é mágica: é um processo de aprendizado e adaptação. Ela deve ser encarada como uma jornada — e quanto mais consciente for essa caminhada, mais sustentável será o resultado.

O segmento de prestação de serviço tem, em sua base de sustentação, uma presença importante de mão de obra. Além disso, as interações com a população estão presentes cotidianamente. Nesse sentido, como equilibrar o medo dos trabalhadores de serem substituídos por “máquinas” e superar a restrição que pode existir dos cidadãos em relação a um atendimento automatizado, por exemplo?

A maré é muito grande — e não há como nadar contra ela. Mas quem entender essa maré, pode surfar nela com grande vantagem. A IA não vem para eliminar pessoas, mas para substituir tarefas que se

tornaram caras, lentas ou ineficientes de serem feitas manualmente. Isso libera os profissionais para focarem em atividades em que o ser humano é melhor que a máquina: análise, empatia, julgamento e relacionamento.

O desafio é cultural. Precisamos olhar para a IA como uma oportunidade de evolução profissional. As máquinas farão o que for mais repetitivo e operacional — e isso é positivo, porque eleva o patamar do trabalho humano. No fim, é sobre continuarmos nos aperfeiçoando, nos adaptando e buscando ser melhores, usando a tecnologia como aliada.

Como o senhor enxerga o futuro das empresas de prestação de serviço no contexto da utilização da inteligência artificial? Há como sobreviver no modo “análogo”?

A IA já está transformando profundamente o setor de serviços. As empresas que entenderem seu potencial e aprenderem a aplicá-la de forma prática terão vantagem competitiva. As que permanecerem no modo “análogo” correm o risco de ficarem para trás.

O futuro é híbrido: pessoas e tecnologia em atuação de forma integrada. A IA permitirá operações mais inteligentes, serviços mais personalizados e decisões mais rápidas. Mas ela exige também um novo perfil de profissional — curioso, adaptável e com vontade de aprender continuamente.

Para finalizar, o senhor poderia deixar um recado, um conselho para as empresas de segurança privada?

Meu conselho é: experimentem. A inteligência artificial não é mais uma tendência, é uma realidade. Comecem pequenos, testem, aprendam, ajustem. O maior erro hoje é não tentar. Não há crescimento sem experimentação.

A IA não é uma revolução distante — ela já está acontecendo. E quem souber aproveitá-la de forma prática e responsável, estará muito à frente no futuro próximo.



EMPRESÁRIOS BRASILEIROS CONHECEM SEGURANÇA PRIVADA DA ITÁLIA

Missão Internacional da Fenavist fortalece relação e amplia conhecimento do setor



Considerados pelo presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Jeferson Nazário, empresários brasileiros visitaram Milão, na Itália, nos dias 19 e 20 de novembro, em uma missão empresarial para intercâmbio de informações estratégicas e fortalecimento de parcerias internacionais na segurança privada. A comitiva reuniu-se com entidades de classe, empresas de segurança privada, além de visitar a Feira Sicurezza, referência europeia em tecnologia e serviços para o setor.

O primeiro dia da missão teve início no Estádio San Siro, uma das arenas mais importantes do futebol europeu, palco de jogos do Inter de Milão e do Milan. Os empresários conheceram os sistemas e protocolos de segurança aplicados em grandes eventos esportivos, incluindo controle de acesso, monitoramento e gestão de riscos em dias de jogo.

Em seguida, o grupo visitou a CIVIS vigilância, que abriu as portas à comitiva brasileira para explicar o funcionamento de uma empresa italiana do setor com destaque para modelos operacionais, exigências legais e peculiaridades do mercado local.

“Tivemos a oportunidade de conhecer de forma ampla e aprofundada a segurança privada italiana. A Itália é referência na Europa, e a visita à Feira Sicurezza foi extremamente enriquecedora, permitindo observar tendências e novas ferramentas que podem inspirar nosso setor no Brasil”

foi dedicado à agenda com instituições ativas da segurança privada na Itália. Pela comitiva se reuniu com a Confederação das Empresas de Segurança Privada da Itália. Depois, o grupo esteve na Associação de Vigilância e no Serviço Fiduciário e na Federação Italiana de Institutos de Investigações.

No período da tarde, a comitiva foi recebida por Valerio Bottino, vice-presidente da área norte da Federação Italiana de Institutos de Investigação, Informação e Segurança, o estande da entidade na Sicurezza. A delegação também percorreu áreas e estandes da feira, reconhecida como uma das mais relevantes da Europa em tecnologia, inovação e tendências para a segurança privada.



Para o presidente da Fenavist, Jeferson Nazário, a missão cumpriu seu papel estratégico, ao proporcionar contato direto com soluções práticas, tendências e modelos europeus de segurança privada:

“Tivemos a oportunidade de conhecer de forma ampla e aprofundada a segurança privada italiana. A Itália é referência na Europa, e a visita à Feira Sicurezza foi extremamente enriquecedora, permitindo observar tendências e novas ferramentas que podem inspirar nosso setor no Brasil”, pontuou.

A Missão Empresarial à Itália teve apoio do Consulado-Geral do Brasil em Milão, que colaborou na articulação de reuniões e visitas técnicas, contribuindo para agendas e êxito do programa da Fenavist no país europeu.



COTA PARA MULHERES NA SEGURANÇA PRIVADA



Cléria Santos
Consultora parlamentar da Fenavist

Inicialmente é importante esclarecer que não há lei federal específica que estabeleça cotas ou “reserva de vagas para mulheres” no setor privado nem tão pouco no setor da segurança privada brasileira. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu Art. 5º que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, e o inciso I determina que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”.

Na legislação infraconstitucional, as normas dispostas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) proíbem a discriminação contra mulheres no mercado de trabalho. Além disso, a Lei Federal nº 9.029/95 proíbe a adoção de prática discriminatória para efeito de acesso a emprego, cargo ou função, incluindo a exigência de teste de gravidez ou certidão de estado civil. Logo, homens e mulheres são iguais perante a lei e não há nenhum entrave para a contratação de pessoas de qualquer gênero, em qualquer área do mercado de trabalho, incluindo o setor da segurança privada.

A legislação federal que rege o setor da segurança privada, Lei nº 14.967/24, sancionada em setembro de 2024 e ainda pendente de regulamentação por parte do Poder Executivo, determina que as empresas são obrigadas a contratar os profissionais vigilantes em estrita consonância com os requisitos impostos por essa lei, que dispõe em seu art. 28:

Art. 28 São requisitos para o exercício da atividade de vigilante e de vigilante supervisor:

- I - ser brasileiro, nato ou naturalizado;**
- II - ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;**
- III - ter sido considerado apto em exame de saúde física, mental e psicológica;**
- IV - ter concluído com aproveitamento o curso de formação específico;**
- V - não possuir antecedentes criminais registrados na justiça pela prática de crimes dolosos e não estar no curso do cumprimento da pena e enquanto não obtida a reabilitação, nos termos dos arts. 93 e 94 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e**
- VI - estar quite com as obrigações eleitorais e militares.**

Assim, é importante ressaltar que, atendidos esses critérios determinados pela lei, os postulantes ao cargo de vigilante estarão aptos e as empresas podem contratar esses profissionais (sem qualquer distinção de gênero), desde que estejam devidamente formados em Escolas de Formação de Vigilantes.

Não há, portanto, que se falar em nenhuma forma de discriminação. A participação feminina no setor da segurança privada, em todas as áreas, vem crescendo desde 2016, conforme demonstra o último Anuário Estatístico da Segurança Privada de 2024, segundo o qual as mulheres representam mais de 17% dos vigilantes na ativa no Brasil. Do total de 548.417 vigilantes contratados em 2024, 95.191 são do sexo feminino. No estado do Espírito Santo, do total de 11.361 vigilantes contratados, 1.614 são mulheres, representando aproximadamente 15% do total.

A tabela abaixo, que tem como fonte o Anuário 2024, demonstra essa evolução:

Perfil dos vigilantes ⁽¹⁾

Brasil - 2016-2024

	Perfil	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Gênero	Masculino	521.464	484.188	497.734	494.299	490.531	490.100	519.397	534.352	548.417
	Feminino	69.431	63.829	65.290	66.264	66.269	69.627	77.739	85.558	95.191
	Total	590.895	548.017	563.024	560.563	556.800	559.727	597.136	619.910	643.608

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS); Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno inexistente.

(...) Informação não disponível.

(!) Foram consideradas as CNAE's: Atividades de vigilância e segurança privada e Atividades de transporte de valores.

Os números comprovam que, com o advento da nova lei, que trouxe mais segurança jurídica, o setor voltou a crescer e a gerar mais empregos. Em 2024, o crescimento foi da ordem de 7%, ampliando para 10% no primeiro semestre de 2025, o que confirma que o setor cresce com a estabilidade e com o crescimento da economia do país.

“Muitos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional propõem percentuais de cotas para mulheres na segurança privada, a despeito da cota de PCD e da cota do aprendiz, sob pena de altas multas impostas ao setor pelo descumprimento”

A alta periculosidade do exercício da função de vigilante deixou de ser tabu para as mulheres, que hoje representam uma força na segurança privada, com tendência de crescimento. Com a nova lei, o setor foi ampliado e a atividade se expandiu para além da vigilância armada em instituições financeiras, no setor de transporte de valores e de escolta armada.

O Congresso Nacional, muitas vezes por desconhecimento, busca impor medidas ao setor privado, as quais, em muitos casos, prejudicam a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Muitos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional propõem percentuais de cotas para mulheres na segurança privada, a despeito da cota de PCD e da cota do aprendiz, sob pena de altas multas impostas ao setor pelo descumprimento.

Nesse cenário, as empresas estão sendo altamente apenadas pela aplicação de multas exorbitantes, o que tem inviabilizado a continuidade de muitas empresas, que querem contratar o profissional para o cumprimento da cota, mas não conseguem pelo conflito de legislações e pelas exigências impostas pela própria lei que rege a segurança privada no país, conflitante com as demais

normas, notadamente pelo risco e pela alta periculosidade.

As cotas impostas ao setor privado, estabelecidas por leis federais para a contratação, não somente para o setor da segurança privada, são um tema que deve ser amplamente debatido. No caso específico da segurança privada, a questão primordial é se a exigência de cota para mulheres ajuda ou dificulta a inserção de mulheres nesse mercado de trabalho.

Qual a justificativa razoável para que a cota para mulheres seja cumprida apenas pelas empresas de segurança privada? É preciso deixar claro que, para o cumprimento da cota, é necessário haver disponibilidade de mão de obra que cumpra integralmente os requisitos exigidos pela lei de contratação de mulheres para atuarem como vigilantes, armadas ou desarmadas.

Além disso, não se tem comprovação de dados que garantam haver mão de obra feminina devidamente habilitada a prestar os serviços de segurança privada excluídas pelo simples fato de serem mulheres. São algumas reflexões que devem ser debatidas e analisadas antes de se impor norma que poderá criar obrigação materialmente impossível de ser cumprida pelas empresas do setor.

Concurso História de Vida e Superação do Vigilante valoriza relatos reais de coragem, perseverança e dedicação à profissão

Para celebrar o Dia do Vigilante, Fenavist premiou histórias marcantes de profissionais que superaram doenças graves, problemas físicos e familiares para alcançar o sonho de atuar na segurança privada

No último dia 12 de agosto, o Conselho Gestor da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) reuniu-se e escolheu as histórias vencedoras do Concurso "História de Vida e Superação do Vigilante". Foi difícil chegar ao resultado. Inúmeros relatos inspiradores de vigilantes chegaram de todo o Brasil, com histórias de coragem, superação, determinação e conquistas que emocionaram os jurados.

A história vencedora foi a do Jonnathan Daniel Silva, 28 anos, que há 6 anos enfrentou um linfoma de Hodgkin, quando ainda fazia os cursos de formação e especialização necessários para atuar como vigilante. Com o apoio da família, médicos dedicados e fé, ele venceu essa dura batalha. Hoje, contratado pela Security Serviços e Terceirizações Ltda., é um dos mais de 500 mil profissionais que atuam na segurança privada brasileira.

Em segundo lugar ficou o relato do Antônio Miranda de Carvalho, que atualmente trabalha em Ji-Paraná, em Rondônia. Colaborador da Imperial Vigilância e Segurança Privada, ele teve a rotina abruptamente interrompida, em 2019, por um diagnóstico de câncer. Foram quatro anos de luta. Em 2023, veio a notícia mais esperada: a alta médica, o que permitiu a ele voltar ao trabalho que tanto ama.

O Conselho Gestor da Fenavist elegeu para a terceira colocação a história de vida de Fernando Schneider Gomes. Aos 23 anos, ele perdeu a visão do olho esquerdo em um acidente de carro. Sentiu que o sonho de criança de atuar na área de segurança como policial estava "indo embora". Dezoito anos depois, retomou a esperança, ao ouvir pelo rádio a



divulgação de bolsas para que pessoas com deficiência participassem de um curso para vigilantes, uma ação do programa Diversidade Empresarial, promovido pelo Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Santa Catarina (Sindesp-SC). Em uma turma de 30 pessoas, como o único PCD, destacou-se como melhor aluno e foi contratado pela Orsegups.

O quarto relato premiado foi o de Paulo Meira Cabral. Motorista de carro-forte da Corpo de Vigilantes Particulares Ltda. (CORPVS), há 26 anos, ele precisou superar as dificuldades financeiras da infância, além um pai que bebia muito, batia nele e não ajudava em casa. Graças à ajuda da avó, que vendia "dindim" (sacolé, chup-chup ou geladinho em outras regiões do país), para pagar o curso de vigilante. Já empregado, Paulo precisou superar situações delicadas, como tentativa de assalto ao carro-forte e a perda de um colega de profissão.

O concurso "História de Vida e Superação do Vigilante" tornou-se realidade por iniciativa da Fenavist para comemorar o Dia do Vigilante, em 20 de junho. Todas as histórias escolhidas receberam premiação em dinheiro. Além disso, vão ser contadas na íntegra, a seguir, na Coluna "Trajetória Segura". Alguns relatos estão em primeira pessoa, outros por quem acompanhou de perto a superação dos nossos participantes.



Jonnathan Daniel Silva

Meu nome é Jonnathan Daniel Silva, tenho 28 anos, e moro em Patos de Minas-MG. Venho de uma família humilde: meu pai é pedreiro, e minha mãe, dona de casa, cuida do meu irmão, que é autista. Desde cedo, aprendi o valor do trabalho. Com apenas 14 anos, comecei a trabalhar como servente de pedreiro, ajudando meu pai nas obras, enquanto conciliava o trabalho pesado com a escola.

Com 22 anos, decidi mudar o rumo da minha vida. Meu sonho era deixar a construção civil e ingressar na área da segurança patrimonial. Em 2019, viajei para Campinas-SP e fui realizar o curso de vigilante. Mas, naquele momento, algo muito mais sério começava a acontecer comigo, eu estava perdendo peso rapidamente, sentia febres diárias, coceiras por todo o corpo e nódulos começaram a crescer no meu pescoço. Sem saber, eu estava lutando contra um câncer: linfoma de Hodgkin.

Mesmo doente, segui em frente. Fiz o curso de vigilante patrimonial, escolta armada, armas não letais, noções básicas de tirocínio e programação neurolinguística. Passei quatro meses em Campinas, longe de casa, financiando os cursos com o dinheiro que havia juntado trabalhando como servente. Durante o curso, a dor era tão intensa que precisei buscar atendimento hospitalar em diversas ocasiões. Sentia pontadas fortes na costela, febre constante, suor noturno e minha garganta vivia infecionada.

“Vivi dois anos em Barretos lutando pela vida. E venci. Hoje, graças a Deus, aos médicos e à minha família estou há quatro anos curado”

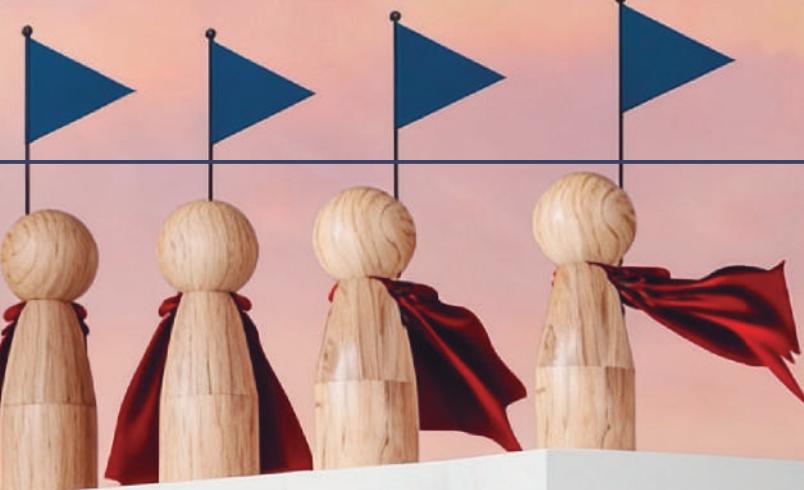
Quando concluí os cursos, retorno para minha cidade. Meu estado físico era crítico. Minha família, desesperada ao ver meu emagrecimento extremo e febres constantes, começou a me levar a vários médicos. Depois de sete meses de exames e investigações, recebi o diagnóstico: linfoma de Hodgkin, câncer, já em estágio avançado. O tratamento precisava começar com urgência.

Foi então que meu pai, mesmo sem condições financeiras, decidiu me levar para Barretos, buscando esperança no Hospital de Amor. Após muita insistência, me aceitaram para o tratamento. Eu estava no quinto estágio do câncer. De 70 quilos, cheguei a pesar apenas 40. Já não conseguia andar e dependia de uma cadeira de rodas. Vi meu pai chorar escondido pelos cantos da casa e minha mãe, mulher de muita fé, afirmar que Deus me curaria.

Fiz 36 sessões de quimioterapia e um transplante de medula óssea. Vivi dois anos em Barretos lutando pela vida. E venci. Hoje, graças a Deus, aos médicos e à minha família estou há quatro anos curado.

Após a cura, reciclei meus cursos e, finalmente, entrei na área que sempre sonhei: a segurança privada. Estou concluindo minha faculdade em Tecnologia em Gestão de Segurança Privada e, atualmente, trabalho como controlador de acesso na empresa Security, prestando serviço para a State Grid.

Essa é apenas uma parte da minha história de superação. Cada uniforme que visto representa não só meu sonho realizado, mas uma vida resgatada.





Seu Antônio é, sem dúvida, um símbolo de dedicação e de amor à profissão. É um herói real, de farda, que caminha entre nós todos os dias, protegendo vidas

Antônio Miranda de Carvalho

No silêncio profundo da noite, quando a maioria das pessoas repousa, há um homem que permanece vigilante, firme em sua missão de proteger e garantir a segurança de todos. Esse homem é Antônio Miranda de Carvalho, um vigilante noturno cuja história de vida é um verdadeiro exemplo de superação, fé e coragem.

Colaborador da empresa Imperial Vigilância e Segurança Privada, situada na região Norte do país, em Porto Velho-RO, Seu Antônio atua no município de Ji-Paraná, no interior do estado. É lá que ele segue exercendo com honra e dedicação a profissão que escolheu com o coração.

Em setembro de 2019, a vida de Seu Antônio tomou um rumo inesperado. Um diagnóstico de câncer interrompeu abruptamente sua rotina. A notícia foi um golpe duro, trazendo medo, incerteza e dor. Para muitos, seria o ponto-final. Para ele, significou o começo de uma batalha ainda maior: a luta pela vida e pela chance de continuar servindo com sua farda, sua missão e seu propósito.

Os caminhos até a recuperação foram árduos, meses de deslocamentos para hospitais em outras regiões, estadas longas em casas de apoio, sessões de tratamento intensas e os efeitos devastadores da doença no corpo e na alma. Ainda assim, Seu Antônio jamais perdeu sua fé, nem o desejo de voltar ao posto de trabalho. "Eu só queria ter a chance de voltar. É isso que me move", dizia com a convicção de quem sabe que nasceu para proteger.

Durante esse período, a empresa Imperial esteve ao seu lado, oferecendo apoio e acompanhando cada etapa do tratamento. A força desse guerreiro comoveu a todos. Mesmo ausente fisicamente, ele permanecia presente em espírito, como referência de luta, de exemplo e de esperança para seus colegas.

Então, em agosto de 2023, chegou a tão esperada vitória. Após quatro anos de enfrentamento, Seu Antônio recebeu alta médica. Com a permissão dos profissionais de saúde e o acompanhamento necessário, ele retornou a suas funções.

Seu retorno foi celebrado por todos, não apenas como a volta de um colaborador, mas como a confirmação de que a fé, a coragem e a persistência podem vencer até mesmo as batalhas mais difíceis.

Hoje, Antônio Miranda de Carvalho permanece firme e forte, prestando seus serviços com o mesmo zelo e amor de sempre. Mais do que um vigilante, ele é uma inspiração viva, um exemplo de bravura silenciosa que representa todos aqueles que, mesmo enfrentando dificuldades pessoais, continuam honrando com dignidade o compromisso com a segurança privada.

A Imperial Vigilância e Segurança Privada presta homenagem a esse profissional exemplar, cuja história reflete não apenas a superação de uma doença, mas o triunfo de um espírito inabalável.

Seu Antônio é, sem dúvida, um símbolo de dedicação e de amor à profissão. É um herói real, de farda, que caminha entre nós todos os dias, protegendo vidas – e nos ensinando, com seu exemplo, a nunca desistir.



Fernando Schneider Gomes

Nascido em Blumenau-SC, aos 23 anos, Fernando Schneider Gomes perdeu a visão do olho esquerdo como consequência de um acidente de carro. Nesse período, ele conta que sentiu seu sonho de criança, atuar na área de segurança como policial, "indo embora". Ele acreditava que seria impossível trabalhar na polícia ou como vigilante devido a essa limitação.

Dezoito anos depois, justamente enquanto dirigia, sentiu voltar a esperança de realizar seu sonho ao ouvir pelo rádio a divulgação de bolsas para que pessoas com deficiência participassem de um curso para vigilantes, uma ação do programa Diversidade Empresarial, promovido pelo Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Santa Catarina (Sindesp-SC).

Era uma oportunidade e ele decidiu se inscrever "mesmo achando que não ia dar certo, pois a limitação seria considerada muito grave". Mas ele conseguiu a bolsa para o curso.

Fernando conta que ficou tão feliz que decidiu se dedicar em dobro. Essa dedicação deu bom resultado. Em uma turma de 30 pessoas, como o único PCD, Fernando destacou-se como melhor aluno e foi imediatamente contratado pela Orsegups em agosto de 2023. Fernando foi alocado como vigilante em uma escola, o que o deixou ainda mais feliz, pois é pai e adora o convívio com crianças.

O sonho realizado motivou a dedicação e proatividade. Logo nos primeiros meses de trabalho, a

Mais do que esse ato heroico, a superação dos limites impostos pela perda ocular, a dedicação e o profissionalismo o tornaram uma referência de atuação para a empresa e os demais vigilantes.

empresa recebeu elogios da diretora da escola onde Fernando atuava, por seu profissionalismo e pelas proposições de melhorias que fez.

Nesse período, ele não mediu esforços e sempre esteve disponível para divulgar o Projeto Diversidade, da Orsegups, e motivar outras pessoas com deficiência a se candidatarem às bolsas dos cursos de vigilantes e para as vagas disponíveis na empresa.

Poucos meses depois, um fato coroou sua trajetória como vigilante. Fernando foi o responsável pelo salvamento de uma criança na escola. O pequeno havia se engasgado no colo da avó e estava sufocando, quando Fernando o tomou nos braços e utilizou a manobra de Heimlich, justamente uma manobra que ele havia se voluntariado para realizar durante o aprendizado do curso.

"Eu poderia ter chamado e esperado socorro, mas talvez não houvesse tempo suficiente até alguém chegar. Eu sabia o que fazer e fiz", narra.

Mais do que esse ato heroico, a superação dos limites impostos pela perda ocular, a dedicação e o profissionalismo o tornaram uma referência de atuação para a empresa e os demais vigilantes. Seus esforços logo tiveram o reconhecimento da Orsegups e, em fevereiro de 2024, Fernando Gomes foi promovido à Supervisão. Atualmente, estão sob sua responsabilidade e orientação 93 colaboradores de vigilância e asseio, um time que atende a 39 clientes da Orsegups na Grande Florianópolis.



“Trabalhar no que a gente gosta torna tudo mais leve. Quero seguir em frente, rumo a mais realizações”.

Paulo Meira Cabral

A serenidade no olhar e a firmeza nas palavras entregam um pouco da longa estrada percorrida por Paulo Meira Cabral, 48 anos, motorista de carro-forte há 26 anos na Corpvs Segurança. Por trás da farda, existe uma história de superação, coragem e gratidão construída com trabalho duro, fé e amor pela profissão.

Nascido em Fortaleza, Paulo teve uma infância marcada por dificuldades. Cresceu em uma fazenda no bairro Castelão, em meio à ausência de recursos e ao relacionamento difícil com o pai, que era motorista de ônibus. “Ele bebia muito, batia em mim e não ajudava em casa. Nunca dividia o dinheiro com a família”, relembra.

Desde pequeno, Paulo acostumou-se a lutar: estudava e, nas horas vagas, caçava pequenos animais na fazenda como pássaros e preás para garantir a comida do dia.

Foi a avó quem acreditou nele primeiro. Com muito esforço, vendendo “dindim” (sacolé, chup-chup ou geladinho em outras regiões do país), conseguiu juntar dinheiro para pagar o curso de vigilante do neto, um passo decisivo para que Paulo pudesse enxergar um novo futuro. À época, ele não tinha nem roupa para sair. Chegou a trocar camisetas com o tio para ir ao colégio.

O ingresso na Corpvs, em 1999, transformou sua vida. Desde então, atua como motorista de carro-forte, função que exige atenção constante e preparo emocional. “São várias horas dentro de um blindado. Se não fosse por amor e dedicação, eu não teria chegado até aqui. A motivação vem de fazer o que gosto”, afirma.

Durante sua trajetória na empresa, enfrentou situações extremas. Em 2008, sofreu um assalto, em um supermercado de Fortaleza. Ao perceber a aproximação de quatro criminosos armados, Paulo reagiu com rapidez, protegeu a equipe e socorreu um colega baleado até o hospital. “Eles não levaram nada. Graças a Deus, saímos com êxito.”

A segunda grande ameaça veio dez anos depois, em 2018, na BR-116, em Quixeré. Sete homens fortemente armados, em um carro preparado para confronto, cercaram o carro-forte. Houve intensa troca de tiros até a chegada da polícia. “Ficamos dentro do blindado trocando tiros. A polícia fez um grande cerco e todos os assaltantes morreram. Foi mais um livramento.”

Em 2014, Paulo enfrentou outro tipo de desafio: perdeu um companheiro de equipe e ficou afastado por oito meses. Foi um período difícil, que exigiu força emocional e resiliência para seguir em frente. “Perder um companheiro faz parte da nossa profissão. A dor fica, mas precisamos continuar.”

Fora do blindado, Paulo também construiu uma história sólida. Casado há 22 anos, é pai de dois filhos. Uma cursa faculdade e o outro já se encontra empregado. “Nunca imaginei ter uma casa, uma família, um carro. Antes, eu só tinha uma bicicleta. Hoje, estou realizado.”

A relação com o pai, marcada por dor, teve um último capítulo de paz. “Antes de falecer, ele me pediu desculpas. Eu o perdoei. Não guardo mágoas. Tenho a consciência tranquila.”

Grato à Corpvs e a todos que fizeram parte da sua jornada, Paulo resume sua trajetória com humildade: “Trabalhar no que a gente gosta torna tudo mais leve. Quero seguir em frente, rumo a mais realizações”.

Informação SEGURA



STF RESTRINDE INCLUSÃO DE EMPRESAS DO MESMO GRUPO EM EXECUÇÕES TRABALHISTAS

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por maioria, que empresas de um mesmo grupo econômico não podem ser incluídas na fase de execução de dívidas trabalhistas se não participaram do processo desde o início. A inclusão na fase executiva somente será possível em situações excepcionais, como sucessão empresarial ou abuso da personalidade jurídica — quando há fraude ou dissolução irregular para evitar responsabilidades. A decisão, com repercussão geral (Tema 1.232), foi firmada no Recurso Extraordinário 1387795, relatado pelo ministro Dias Toffoli.

A partir desse julgado, caso a empresa que componha grupo econômico não seja incluída no polo passivo da ação desde o início, somente poderá ser inserida na fase de cumprimento de sentença por meio de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ) e desde que cumpridos os requisitos do art. 50 do Código Civil: abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial. Destaca-se que, segundo a norma, a mera existência de grupo econômico não autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.

O entendimento do STF será aplicado em mais de cinco mil processos suspensos em todo o país e alcança também redirecionamentos ocorridos antes da Reforma Trabalhista, de 2017. A Corte estabeleceu que o reclamante deve indicar desde a petição inicial todas as empresas que pretende responsabilizar solidariamente, comprovando de forma concreta os requisitos legais para tanto. Ficaram vencidos os ministros Edson Fachin e Alexandre de Moraes, que defendiam a possibilidade de inclusão posterior das empresas para reforçar a proteção do trabalhador.

O caso teve origem em recurso apresentado pelas Rodovias das Colinas S.A., que havia sido incluída na execução de uma condenação trabalhista sem ter participado da fase de conhecimento. Com a nova

tese, o STF reforça a segurança jurídica e delimita a responsabilidade das empresas integrantes de grupos econômicos, garantindo que apenas aquelas envolvidas desde o início do processo possam responder solidariamente, salvo as exceções previstas em lei.

BANCO É CONDENADO POR ABRIR AGÊNCIA DURANTE GREVE DE VIGILANTES

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) manteve a condenação do Banco Bradesco S.A. ao pagamento de indenização de R\$ 10 mil a cada bancário que trabalhou durante a greve dos vigilantes, em março de 2020, na agência de Eunápolis (BA). O Tribunal considerou que, ao manter o funcionamento da unidade durante a paralisação dos profissionais de segurança, o banco expôs seus empregados a risco, ainda que tenha alegado funcionamento apenas interno.

O caso foi movido pelo Sindicato dos Bancários e Trabalhadores no Sistema Financeiro do Extremo Sul da Bahia, que denunciou a exposição dos funcionários à falta de segurança entre 12 e 18 de março de 2020. O Bradesco contestou a ação afirmando que não houve atendimento ao público e questionando a legitimidade do sindicato para atuar em nome dos bancários, sob o argumento de ausência de lista nominal dos substituídos.

Ao analisar o recurso, o TST confirmou o entendimento do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA), ressaltando que a jurisprudência consolidada dispensa a apresentação de rol de substituídos para legitimar a atuação sindical em casos que envolvam direitos individuais homogêneos. O relator, ministro Cláudio Brandão, destacou que a tese do banco já foi superada pela Corte, e o colegiado, por unanimidade, rejeitou o recurso (Processo: Ag-AIRR-489-95.2020.5.05.0511).

TST VALIDA USO DE GEOLOCALIZAÇÃO COMO PROVA EM AÇÕES SOBRE HORAS EXTRAS

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) reconheceu, em duas decisões recentes, a validade do uso da

geolocalização como prova digital para apurar a realização de horas extras, desde que de forma restrita e protegida por sigilo. O entendimento foi de que a utilização dessa tecnologia não viola a privacidade nem a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), desde que sejam solicitadas somente as informações estritamente necessárias e acessíveis apenas às partes envolvidas. As decisões foram proferidas em processos envolvendo um propagandista da Sanofi Medley e uma bancária do Itaú Unibanco S.A.

Segundo o relator, ministro Douglas Alencar Rodrigues, a geolocalização é uma ferramenta precisa e legítima para apuração de jornadas, especialmente de empregados que atuam externamente. O TST determinou, contudo, que as informações sejam limitadas aos horários e períodos de trabalho informados pelas partes, garantindo o sigilo dos dados. A decisão, unânime na Quinta Turma e majoritária na SDI-2, reforça que o uso responsável de recursos tecnológicos pode aprimorar a celeridade e a justiça nas relações trabalhistas (Processos: ROT-23369-84.2023.5.04.0000 e RR-0010538-78.2023.5.03.0049).

TST CONDENA EMPRESA PORTUÁRIA POR FORNECER COLETE VENCIDO E INADEQUADO A GUARDA FEMININA

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) manteve a condenação da VPorts Autoridade Portuária S.A., de Vitória (ES), ao pagamento de R\$ 30 mil em indenização por danos morais a uma guarda portuária que trabalhou com colete à prova de balas vencido, de modelo masculino, e munições fora do prazo de validade. A perícia confirmou que o equipamento era inadequado ao biotipo feminino e que as munições estavam oxidadas por armazenamento incorreto, expondo a trabalhadora a riscos indevidos em atividade de alta periculosidade.

Segundo o relator, ministro Breno Medeiros, o dano moral é presumido em casos de fornecimento de equipamentos de proteção vencidos ou inadequados, pois decorre diretamente da violação à segurança e à dignidade da empregada. O TST considerou que a empresa agiu com descuido grave ao não garantir equipamentos válidos e apropriados, configurando falha na proteção da integridade física e psíquica da trabalhadora (Processo: AIRR-0000872-26.2022.5.17.0008). Esse fato rememora a preocupação do setor com a imposição dada pela Portaria nº 18-D LOG, do Ministério da Defesa, categórica ao dispor sobre a obrigatoriedade da concessão de coletes balísticos adequados ao busto feminino.

PROJETO RECONHECE VIGILANTES E AGENTES DE SEGURANÇA PRIVADA COMO ATIVIDADES DE RISCO E AMPLIA ACESSO A EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PESSOAL

O Projeto de Lei nº 2480/25, em análise na Câmara dos Deputados, propõe reconhecer nacionalmente a profissão de vigilante e agente de segurança privada como atividade de risco para fins de aquisição de produtos e equipamentos destinados à própria segurança e defesa pessoal. De autoria da deputada Rosângela Reis (PL-MG), a proposta busca facilitar o acesso desses profissionais a instrumentos de proteção, argumentando que eles enfrentam situações constantes de perigo na defesa de pessoas e do patrimônio público e privado.

A medida não especifica quais equipamentos poderão ser adquiridos, mas prevê que o acesso será permitido mediante apresentação da carteira profissional válida. O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Trabalho, de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Caso aprovado,

*CLIPPING confeccionado pela equipe do escritório COSTA COUTO ADVOGADOS ASSOCIADOS – colaboraram Dra. Gabriela Branco e Dr. Éder Machado Leite.



Fenavist e ABTV debatem impactos de nova lei estadual do Rio Grande do Sul no setor da segurança privada

No dia 13 de outubro, a Fenavist e a Associação Brasileira das Empresas de Transporte de Valores (ABTV) se reuniram para discutir a Lei nº 16.328/2025, do estado do Rio Grande do Sul.

A norma, aprovada pela Assembleia Estadual do RS e promulgada em 8 de agosto, determina a reserva de, no mínimo, 20% das vagas nas empresas de segurança, vigilância e transporte de valores para vigilantes do sexo feminino nos contratos públicos firmados com entidades integrantes da Administração Pública daquele estado.

Durante o encontro, as entidades analisaram os impactos e a validade da lei, já que o texto apresenta divergências com a Constituição Federal e a Lei Federal nº 14.967/2024 (Estatuto da Segurança Privada), que regulamenta o setor em todo o país.

Fenavist promove 3º Encontro Jurídico de 2025

A Fenavist reuniu presidentes e representantes jurídicos dos sindicatos estaduais, no dia 7 de novembro, em Brasília-DF, para debater temas essenciais para o futuro da segurança privada no Brasil.

Na pauta de discussão, a Regulamentação da Lei nº 14.967/2024 (Estatuto da Segurança Privada); Convenções Coletivas de Trabalho; cotas para aprendizagem profissional no setor de segurança privada e transporte de valores; cotas para vigilantes do sexo feminino (Lei nº 16.328/2025 – Rio Grande do Sul); Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional.



O encontro reforça o compromisso da Fenavist com o fortalecimento jurídico e institucional do setor, promovendo debate, união e avanços para todos os profissionais da categoria.



Fenavist e Inasep participam do XIV FESP

Diretores da Fenavist, do Instituto Nacional de Segurança Privada (Inasep) e de sindicatos estaduais participam do XIV Fórum Empresarial de Segurança Privada do Estado de São Paulo (FESP), realizado em Guarulhos-SP, entre os dias 12 e 14 de novembro.

Promovido pelo Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (Sesvesp), o evento fortaleceu o diálogo, a inovação e o futuro da segurança privada no Brasil.



Fenavist participa do SEG Summit 2025

O vice-presidente da Fenavist para Assuntos de Escolta Armada e presidente do Sindicato das Empresas de Escolta do Estado de São Paulo (Semeesp), Autair Iuga, foi um dos debatedores do painel Tecnologias, Inteligência e Soluções Integradas de Segurança durante o SEG Summit 2025, em São Paulo.

O encontro reuniu especialistas e lideranças do setor para discutir o futuro da segurança privada, com foco em inovação, tecnologia e integração de soluções, no dia 22 de outubro, no Distrito Anhembi, em São Paulo.

A superintendente da Fenavist, Ana Paula Queiroga, também esteve presente ao evento que reuniu profissionais dos setores de segurança patrimonial, eletrônica e de facilities, além de mais de 100 expositores.

Fenavist discute parcerias com o Sesc e o Senac

A Fenavist participou de reuniões estratégicas com o Sesc e o Senac para discutir ações conjuntas que beneficiem diretamente os trabalhadores da segurança privada. Os encontros realizados no dia 11 de setembro reforçam o compromisso da entidade na busca por avanços concretos para o setor e os profissionais.

Representaram a Fenavist nas reuniões Alberto Mário Fonseca, vice-presidente para Assuntos de Qualidade Sindical Adjunto; Marcelo Bianchin, vice-presidente para Assuntos Intersindicais; Avelino Lombardi, vice-presidente para Assuntos perante o Poder Executivo; Francisco Fonseca, vice-presidente para Assuntos de Saúde e Medicina do Trabalho, além da superintendente Ana Paula Queiroga.



Fenavist discute Proteção de Dados

A superintendente da Fenavist, Ana Paula Queiroga, marcou presença como palestrante no seminário O Papel do Encarregado pela Proteção de Dados Pessoais: Diálogos Setoriais e Boas Práticas, realizado na OAB/DF no dia 12 de setembro.

Ana Paula, que também é a encarregada de Proteção de Dados Pessoais da Fenavist, participou de um painel ao lado de Alberto Peres Neto, encarregado governamental de Proteção de Dados do Governo do Distrito Federal, e de Clarice Alves Coutinho, encarregada de Proteção de Dados da BB Previdência. As discussões foram mediadas por Fabrício da Mota Alves.

O evento foi uma oportunidade valiosa para trocar experiências e debate de boas práticas sobre LGPD, desafios e responsabilidades.



Semeesp: 15 anos robustecendo a categoria de Escolta Armada em São Paulo e no país

O Sindicato das Empresas de Escolta do Estado de São Paulo (Semeesp) completou, no último dia 9 de junho, quinze anos de atuação contínua e ininterrupta. Fundado em 2010, o sindicato consolidou-se como a única e legítima entidade patronal do Brasil dedicada exclusivamente à representação da categoria econômica da Escolta Armada, setor estratégico dentro do universo da Segurança Privada. A data foi celebrada no início de setembro, em evento realizado no restaurante Coco Bambu – Unidade Casa Verde, que reuniu associados, parceiros, empresários e autoridades do segmento.

Ao longo dessa trajetória, a entidade notabilizou-se por buscar soluções eficazes para os principais desafios enfrentados pelas empresas de escolta armada. Em um setor marcado pela necessidade de constante atualização regulatória, tecnológica e operacional, a entidade tem sido protagonista no diálogo com órgãos públicos e na articulação institucional, sempre em defesa de melhores condições de trabalho e competitividade para as empresas associadas.

Na ocasião, o presidente, Autair Iuga, destacou que o sindicato nasceu da necessidade de unir forças em torno de uma categoria essencial para a segurança da sociedade e do mercado. “Nesses quinze anos, mostramos que a escolta armada tem relevância estratégica, e nosso compromisso é continuar fortalecendo as empresas do setor, valorizando o trabalho de quem garante proteção às operações logísticas e à economia nacional”, afirmou.

Mais do que celebrar uma data, o Semeesp renova o compromisso com o futuro da escolta armada no

país. Em meio a tantos desafios e transformações, o sindicato reafirma sua missão de atuar como elo entre empresas, poder público e sociedade, mantendo viva a relevância e a credibilidade da categoria no cenário da segurança privada.

Sindesp-SC promove a entrega do 1º Destaque Diversidade Empresarial

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Santa Catarina (Sindesp-SC) promoveu, em Florianópolis, a cerimônia de entrega do 1º Destaque Diversidade Empresarial. A ação foi criada com o intuito de valorizar a diversidade, a inclusão e destacar empresas que apostaram em um ambiente corporativo mais justo e igualitário.

A entrega do Destaque às sete empresas que acreditam no poder da inclusão e participaram da premiação 2025 foi realizada durante a confraternização de fim de ano do Seac/Sindesp-SC, no restaurante Rancho Açoriano, na capital catarinense.

O movimento é promovido pelo Sindesp-SC, em parceria com o Seac-SC, executado pelo ICAEPS, e patrocinado pela Nexti. A iniciativa integra o projeto Segurança sem Preconceito, da Fenavist, reforçando o compromisso do setor de segurança privada com práticas que fortalecem a diversidade e valorizam as pessoas.

O evento foi marcado por celebração, troca de experiências e muito compromisso com a construção de ambientes corporativos mais humanos e inclusivos.

Foram homenageados o Grupo Khronos, Grupo Orbenk, Grupo Ondrepsb Limpeza, Grupo Orcali,



Grupo Orsegups, Grupo Segura, Grupo Vigilância Radar.

Cada organização homenageada apresentou exemplos reais do modo como a pluralidade impulsiona inovação, o comprometimento e o crescimento sustentável. Mais do que um reconhecimento, o Destaque Diversidade Empresarial é um convite para que mais empresas assumam o protagonismo na construção de ambientes de trabalho justos, diversos e verdadeiramente transformadores.

“Parabéns às empresas vencedoras e a todas que participaram desta edição! Que este movimento inspire novas ações e fortaleça o compromisso do setor com a inclusão, a equidade e o respeito às diferenças”, destacou o presidente do Sindesp-SC, Dilmo Berger.

Sesvesp destaca Conquistas, Responsabilidades e Caminhos do Setor

A Segurança Privada vive um período de consolidação e transformação. O setor atravessa momentos decisivos, acompanhando de perto pautas estruturantes, como a regulamentação do Estatuto da Segurança Privada e a implantação da Reforma Tributária, entre outros temas de grande impacto.

Nesse cenário, o Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (Sesvesp) mantém atuação firme e institucional, representando com legitimidade as empresas do setor em todos os espaços de diálogo e decisão. O compromisso da entidade permanece voltado para a valorização das empresas que atuam dentro da legalidade e o combate permanente à informalidade — pilares fundamentais para garantir a sustentabilidade do segmento e a qualidade dos serviços prestados à sociedade e ao poder público.

Mais do que proteger patrimônios e pessoas, a segurança privada contribui diretamente para a construção de um ambiente social mais seguro, estável e confiável.

O sindicato também acompanha a evolução tecnológica que redefine as formas de atuação e exige constante qualificação dos profissionais. Ferramentas digitais, sistemas de monitoramento avançados e soluções de inteligência devem caminhar em sintonia com a experiência e a dedicação dos vigilantes. O Sesvesp tem se empenhado em apoiar essa integração, promovendo capacitação, inovação e novos modelos de negócios, sempre com foco na eficiência e na proteção da vida e do patrimônio.

À medida que projeta os próximos passos, o Sesvesp reafirma a disposição de enfrentar tanto as lutas históricas quanto os novos desafios do setor, mantendo como pilares o diálogo institucional, a transparência e a união — valores indispensáveis para garantir o equilíbrio entre as exigências legais e a viabilidade das empresas.

Com esse espírito, o Sesvesp segue firme na construção de um setor de segurança privada cada vez mais moderno, sólido e reconhecido por sua relevância econômica e social para o país.

Baixa adesão marca o Dia D de Contratação de Pessoas com Deficiência promovido pelo Sindesp-GO e Seac-GO



O Dia D de Contratação de Pessoas com Deficiência, promovido pelo Sindicato das Empresas de Segurança Privada, de Transporte de Valores e de Cursos de Formação do Estado de Goiás (Sindesp-

p-GO) e pelo Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Urbana e Terceirização de Mão de Obra do Estado de Goiás (Seac-GO), com o apoio do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, reuniu 408 vagas de emprego em diferentes funções. Apesar da ampla oferta, da realização em ambiente público e totalmente acessível, apenas oito candidatos compareceram, dos quais um deles sem deficiência.

Na edição anterior do evento, realizada em 2024, as empresas ofertaram mais de 530 vagas, mas apenas 31 candidatos participaram — 28 deles pessoas com deficiência. Após um mês, sete contratações foram efetivadas. O cenário reforça um desafio persistente no mercado: a dificuldade em aproximar pessoas com deficiência das oportunidades de trabalho disponíveis.

Durante a abertura do evento, o presidente do TRT-18, desembargador Eugênio Cesário, destacou que, embora a legislação garanta cotas de contratação de pessoas com deficiência, muitas empresas enfrentam barreiras para preencher essas vagas — não por falta de vontade, mas pela escassez de candidatos interessados ou aptos às funções disponíveis. “Já julgamos aqui inúmeras ações do Ministério Público do Trabalho contra entidades por não cumprirem as cotas legais de contratação de pessoas com deficiência. E, muitas vezes, as empresas afirmam que não conseguem encontrar profissionais para preencher essas vagas”, explicou o magistrado.

“Há casos em que simplesmente não há candidatos habilitados para exercer determinadas funções. O desafio não é só jurídico, é social. Precisamos de políticas e incentivos que realmente aproximem essas pessoas do mercado de trabalho”, destacou o desembargador. Ainda segundo ele, a Justiça do Trabalho em Goiás é a casa do trabalhador e do empresário e que iniciativas como o Dia D buscam justamente equilibrar o direito à inclusão com a realidade do mercado. “Eventos como este são fundamentais para que possamos alinhar as

obrigações legais com as possibilidades reais de contratação. É um convite público: que as pessoas com deficiência que queiram trabalhar se apresentem. O mercado precisa delas.”

Durante o evento, o superintendente regional do Trabalho em Goiás, Nivaldo dos Santos, que também prestigiou a ação promovida pelo Seac e Sindesp destacou a importância do protagonismo empresarial na inclusão. “O que os sindicatos fazem hoje é de grande importância: mostrar para as empresas que é possível oferecer novas formas de acesso ao trabalho. A inclusão não se faz apenas com leis, mas com criatividade, acolhimento e compromisso. Todos devem ter direito de acesso, inclusão e permanência no trabalho”, pontuou. .

.....

Compromisso com pessoas, equidade e segurança: os marcos recentes do SINDESP-PR



O ano de 2025 tem sido marcado por acontecimentos de grande significado para o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Paraná (Sindesp-PR), reafirmando seu compromisso com a valorização das pessoas, a responsabilidade social e o fortalecimento do setor. Entre esses marcos, está o recebimento do troféu Selo Mulher, conferido a empresas que comprovam políticas de valorização, proteção e equidade de gênero no ambiente corporativo. Foram reconhecidas empresas como CPS, HUNTERS, VGT Academia de Formação, Empresa Auxiliar e o próprio Sindesp-PR, pelo esforço em construir um setor mais plural, inclusivo e seguro também para as mulheres.

Ao mesmo tempo, o Sindicato vive o luto pela partida do Sr. Cledemar Antônio Mazzochin, fa-

lecionado em 22 de junho de 2025, em Guarapuava. Empresário exemplar, ex-presidente da ACIG e diretor do Sindesp-PR, Mazzochin foi liderança ativa na aproximação entre segurança privada, empresas e autoridades públicas, deixando um legado de integridade, visão estratégica e compromisso com o desenvolvimento do setor. Sua atuação permanece como referência para associados, colegas e para todos que convivem com a realidade da segurança privada no Paraná.

Em outra frente, o Sindesp-PR protagonizou, perante a Delegacia de Controle de Segurança Privada da Polícia Federal no Paraná (Delesp/PF) e com apoio do Sinpef-PR, a destruição fiscalizada de coletes balísticos vencidos. A ação impede que equipamentos fora do prazo de validade sejam desviados para o mercado informal ou utilizados em práticas ilícitas, garantindo que materiais de proteção tenham ciclo de vida controlado, desde a aquisição até o descarte final.

Esses três momentos — o reconhecimento pelo Selo Mulher, a homenagem à trajetória de Cledeimar Mazzochin e a atuação conjunta na destruição de coletes vencidos — traduzem a forma como o Sindesp-PR enxerga seu papel: unir valorização humana, governança responsável e compromisso com a segurança pública, contribuindo de forma concreta para o desenvolvimento sustentável da segurança privada no Paraná e no Brasil.



Sindesp-MS discute o Futuro da Segurança Privada no estado e a Polêmica do “Bico” Policial

O presidente do Sindicato das Empresas de Vigilância, Segurança e Transporte de Valores do Estado (Sindesp-MS), Amílto José do Pilar, foi um dos

participantes de um debate que discutiu o futuro da segurança privada no estado de Mato Grosso do Sul. O evento, realizado em outubro, reuniu empresários do setor e autoridades políticas. A principal discussão girou em torno de um projeto em tramitação na Assembleia Legislativa que busca regulamentar a atuação de policiais militares em atividades de segurança, popularmente conhecidas como “bicos”, prática considerada ilegal por lei.

Ao longo do debate, duas propostas destacaram-se. O deputado estadual Catan sugeriu que policiais militares possam atuar legalmente mediante autorização. A “oficialização do bico” gera forte apreensão no setor privado, uma vez que pode criar concorrência desleal, além de desrespeitar a legislação federal que regulamenta o setor.

Por sua vez, o deputado estadual, coronel David, defendeu a criação de um sistema oficial denominado Jornada Especial de Trabalho (JET), que permitiria aos policiais militares ampliarem a atuação em horários de maior demanda como agentes de segurança pública, com períodos de descanso garantidos e sem competir diretamente com as empresas privadas, que operam sob a Lei Federal nº 14.967, de 9 de setembro de 2024.

Os empresários do setor, que enfrentam desafios de regulamentação e competitividade, consideram o modelo JET uma solução que respeita a separação entre segurança pública e privada. Afirmam, ainda, que é um modelo que assegura o equilíbrio do mercado e a segurança jurídica.

Ao final do encontro, os participantes classificaram a reunião como positiva por estreitar o diálogo entre o empresariado, o sindicato e o poder público, o que permite a busca por uma solução conjunta sobre um tema tão sensível e importante para a segurança de Mato Grosso do Sul.



Flávio Eduardo de Patrício Ribeiro Júnior

Construindo uma trajetória sólida na segurança privada

Aos 67, Flávio Eduardo de Patrício Ribeiro Júnior, completou 15 anos de dedicação integral à segurança privada em 2025. Natural da cidade de Crateús, no interior cearense, e engenheiro civil formado pela Universidade Federal do Ceará, teve os primeiros contatos com o segmento ao executar obras e edificações de instalações para empresas do setor. "Essa proximidade me permitiu conhecer profundamente as necessidades e desafios do setor", conta.

Em 2010, já consolidado como sócio de empresas na área de facilities, identificou uma oportunidade estratégica e fundou a Viperfort Segurança. "Existe um fator que considero determinante e que me motiva profundamente, nossa contribuição social por meio da geração massiva de empregos. O setor de segurança privada possui uma característica singular, que é o fato de o crescimento das empresas estar intrinsecamente ligado à contratação de pessoas e à distribuição de renda. Cada novo contrato representa não apenas expansão empresarial, mas também novas oportunidades de trabalho para as pessoas e dignidade para as famílias. Essa dimensão social do nosso negócio é, para mim, fonte de grande satisfação e responsabilidade", explica.

Atuante na atividade sindical, possui cargos em diversas entidades, incluindo o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Ceará (Sindesp-CE) e a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), onde ocupa a cadeira de vice-presidente para Assuntos de Mercado Adjunto. "A atividade sindical patronal é estratégica porque garante aos seus associados representatividade legítima e qualificada, promove equilíbrio de

mercado, preserva a segurança jurídica e contribui decisivamente para o crescimento sustentável e a profissionalização contínua da segurança privada no Brasil. Sem essa organização coletiva, estariam significativamente mais vulneráveis e com menor capacidade de influenciar positivamente nosso futuro."

Flávio destaca as dificuldades de empreender no Brasil. Segundo ele, resiliência é fundamental para manter as empresas operando. "Tratamos com o componente humano como nosso principal ativo, o que demanda investimento contínuo em capacitação, valorização profissional e gestão de pessoas. Soma-se a isso o grave problema da concorrência ilegal e desleal, que distorce o mercado e prejudica empresas que operam com responsabilidade e dentro da legalidade."

Apesar dos desafios, o empresário considera a atividade gratificante. Também se mostra entusiasmado com o Estatuto da Segurança Privada, aprovado recentemente. "É consenso de que essa nova legislação proporcionará maior segurança jurídica para empresas que atuam com ética, competência e idoneidade. Aguardamos ansiosos o Decreto Regulamentar que marcará, efetivamente, uma nova era para a segurança privada no Brasil."

Flávio acredita em um futuro promissor para o segmento. "Uma regulamentação mais sólida e abrangente criará condições favoráveis ao crescimento sustentável das empresas sérias, profissionalizará ainda mais o setor e nos permitirá exercer plenamente nosso papel de parceiros do Estado na segurança pública", finaliza.



Daniela Cristina Soares Santos

Dedicação e vontade de aprender à disposição da segurança privada

A administradora de empresas Daniela Cristina Soares Santos, 38 anos, teve o primeiro contato com o segmento de segurança privada em 2007. À época, trabalhou no departamento jurídico de uma empresa do setor. Quatro anos depois, em 2011, chegou ao Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Pernambuco (Sindesp-PE).

“Mesmo não tendo nenhum conhecimento no segmento, iniciei como assistente jurídico na empresa Liserve Vigilância. Depois de alguns anos, surgiu a oportunidade de ingressar no Sindesp-PE, onde nesses 14 anos adquiri bastante conhecimento do setor”, explica.

Daniela, atualmente, ocupa o cargo de executiva na entidade.

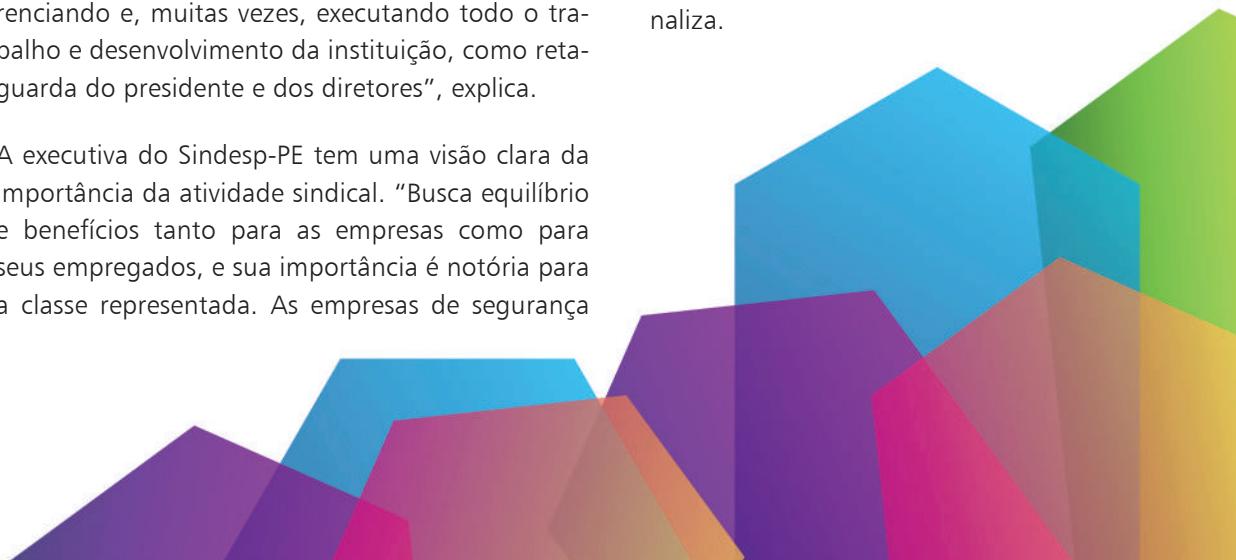
“O executivo é a chave principal do sindicato, gerenciando e, muitas vezes, executando todo o trabalho e desenvolvimento da instituição, como retaguarda do presidente e dos diretores”, explica.

A executiva do Sindesp-PE tem uma visão clara da importância da atividade sindical. “Busca equilíbrio e benefícios tanto para as empresas como para seus empregados, e sua importância é notória para a classe representada. As empresas de segurança

sabem que têm um aliado forte em defesa de seus direitos. A atividade sindical busca cada vez mais a defesa de interesses coletivos das empresas do segmento, bem como a garantia da segurança jurídica por meio das Convenções Coletivas de Trabalho firmadas com os sindicatos laborais”, argumenta.

Daniela destaca ainda o momento vivido pela segurança privada brasileira.

“É uma atividade que vem crescendo e se desenvolvendo ao longos dos anos, demonstrando sua força e importância nas empresas e no setor econômico. Com o avanço da tecnologia vejo um futuro promissor para a segurança privada. É um momento de muita inovação e crescimento, e as empresas que conseguirem se adequar às mudanças, com capacitação de seus funcionários, vão poder oferecer cada vez mais um serviço preciso, seguro e eficiente”, finaliza.



SEMEESP

Endereço: R. Bernadino Fanganiello, 691 Casa Verde Baixa
São Paulo-SP, CEP: 02512-000
Telefone: (11) 2537-8301
E-mail: adm@semeesp.com.br
Presidente: Autair Iuga

SEVESP

Endereço: R. Bernadino Fanganiello, 691 Casa Verde Baixa
São Paulo-SP, CEP: 02512-000
Telefone: (11) 3858-7360
E-mail: sesvesp@sesvesp.com.br
Presidente: Flavio Baptista Sandrini

SINDESP/AC

Endereço: Rua Alameda Portugal, 640, Jardim EuropaRio Branco-AC, CEP: 69.915-44
E-mail: sindesp2018ac@gmail.com
Presidente: Leslie Castelo de Vasconcelos

SINDESP/AL

Endereço: Rua Dr. Luis Pontes de Miranda nº 36
Ed. Delmiro, SI 305 - Centro - Pça. Palmares
Maceió-AL, CEP: 57020-140
Telefone: (82) 3326-1325
E-mail: sindespal@gmail.com
Presidente: Marcus Vinícius Castro do Nascimento

SINDESP/AM

Endereço: Rua Belo Horizonte 19, Sala 717,
Ed. The Place Business Center, Adrianópolis ,
Centro, Manaus-AM, CEP: 69057-060
Telefone: (92) 3613-1213
E-mail: sindespam@sindespam.com.br
Presidente: Carlos Anselmo de Sousa

SINDESP/AP

Endereço: Rua Jovino Dinoá - de 1094/1095 a 2614/2615,
nº 1770, Condomínio Marnazul sala 4 - Central, Macapá-AP
Telefone: (96) 2101-3308
E-mail: sindesp-ap@hotmail.com
Presidente: Luis Fernando de Azevedo da Silva

SINDESP/BA

Endereço: Av.Tancredo Neves, nº 274 Bloco "B"
Centro Emp. Iguatemi - SI 421/422 Pituba -
Salvador-BA, CEP: 41820-020
Telefone: (71) 3450-0411/0563
E-mail: assistente@sindesp-ba.com.br
Presidente: Paulo Cruz Azevedo

SINDESP/CE

Endereço: Rua Pereira Filgueiras, 2020, SI 303/304
- Aldeota - Fortaleza-CE, CEP: 60160-150
Telefone: (85) 3244-5599
E-mail: sindesp-ce@fortalnet.com.br
Presidente: Halano Soares Cunha

SINDESP/DF

Endereço: SAAN Quadra 03 Lote 1300 - Brasília-DF, CEP: 70632-300
Telefone: (61) 3233-9922/8338
E-mail: sindesp@sindesp-df.com.br
Presidente: Luís Gustavo Silva Barra

SINDESP/ES

Endereço: Av. Cesar Helal, 323 Bento Ferreira - Vitoria-ES,
CEP: 29050-657
Telefone: (27) 3325-5025
E-mail: sindespadmin@terra.com.br
Presidente: Edimar Barbosa

SINDESP/GO

Endereço: Rua dos Bombeiros nº 128 Qd. 248
Lts 12/14/15
Pq Amazônia - Goiânia-GO,
CEP: 74835-210
Telefone: (62) 3218-5946/5174
E-mail: sindespgoias@uol.com.br
Presidente: Ivan Hermano Filho

SINDESP/MA

Endereço: Edifício Tech Ofce – Ponta D’Areia,
Avenida Dos Holandeses - Nº 06,
Sala 509/510 - 5º Andar, Centro
CEP: 65077-357 - São Luís-MATelefone: (98)
3221-4557
E-mail: sindespma@bol.com.br
Presidente: Rafael Alcântara

SINDESP/MG

Endereço: Av. Raja Gabáglia, 2000, Torre 1
Sala 334 - Estoril - Belo Horizonte-MG,
CEP: 30494-170
Telefone: (31) 3327-5300
E-mail: sindesp-mg@sindesp-mg.com.br
Presidente: Renato Fortuna

SINDESP/MT

Endereço: R. Desembargador Ferreira Mendes,
233 Ed Master Center SI 2/3 - Centro Sul -
Cuiabá -MT, CEP: 78020-200
Telefone: (65) 3027-6607/3607
E-mail: secretaria@sindesp-mt.com.br
Presidente: Ângelo Roberto Jacomini

SINDESP/PA

Endereço: Travessa Vileta, 2.152 - Marco,
Belém-PA
CEP: 66093-345
Telefone: (91) 3246-3436
E-mail: gerencia.sindesp@sindesp-pa.com.br
Presidente: Alberto Mario Alves Fonseca

SINDESP/PB

Endereço: Av. Dom Pedro II, 1269 Sala 802/803
Ed Síntese - Centro João Pessoa-PB,
CEP:58013-000
Telefone: (83) 3241-6466/6489
E-mail: sindesp-pb@hotmail.com
Presidente: Andréa Carla Gomes Pimenteira
Thomaz

SINDESP/PE

Endereço: Av. Agamenon Magalhães, 2764,
Sala 103 Ed Emp. Ant. Albuquerque Galvão
Bairro: Espinheiro - Recife-PE,
CEP: 52020-000
Telefone: (81) 3421-4520 e 3423-5032
E-mail: sindesp@sindesp-pe.com.br
Presidente: Agostinho Rocha Gomes

SINDESP/PI

Endereço: Ed. Manhattan River Center - torre 1,
sala 1111, Av. Senador Arêa Leão, 2185, São
Cristóvão, Teresina-PI
Telefone : (86)2106-0924
E-mail: asindesp.pi@outlook.com
Presidente: Alípio José Castelo Branco Júnior

SINDESP/PR

Endereço: Rua João Parolin, nº 1416 – Parolin -
Curitiba-PR,
CEP: 80220-290
Telefone: (41) 3233-6880
E-mail: sindesp@sindesp-pr.org.br
Presidente: Alfredo Vieira Ibiapina Neto

SINDESP/RJ

Endereço: Av. Paulo de Frontin, 383 Rio
Comprido - Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20261-240
Telefone: (21) 2293-4354
E-mail: sindesp-rj@sindesp-rj.com.br
Presidente: Aldair Neves Pinto Junior

SINDESP/RN

Endereço: Avenida Amintas, 3700 - Corporate
Tower Center - Torre Business (Torre B) - 18º andar
- sala 1806 - Lagoa Nova, Natal-RN
CEP: 59075-810
Telefone: (84) 3217-0476
E-mail: sindesprn@hotmail.com
Presidente: Edmilson Pereira de Assis

SINDESP/RO

Endereço: Avenida Amazonas, 9069 - Socialista -
Porto Velho-RO
CEP: 76828-870
Telefone: (69)3226-6269
E-mail: sindespro_sindesp@hotmail.com
Presidente: Francisco Assis B. Fonseca

SINDESP/RR

Endereço: Rua Rondônia, nº 857 - Bairro dos
Estados, Boa Vista/RR, CEP: 69305-500
Telefone: (95) 3224 8109
E-mail: julio.barreto@prosegur.com
Presidente: Alberto Mario Alves Fonseca

SINDESP/RS

Endereço: Av. Getúlio Vargas, 1570 Sala 207 -
Porto Alegre-RS
CEP: 90150-004
Telefone: (51) 3233-7172
E-mail: sindesprs@sindespr.com.br
Presidente: Silvio Renato Medeiros Pires

SINDESP/SC

Endereço: R. Deodoro, 226
Ed. Marco Pólo 4º Andar - Centro Florianópolis-
SC, CEP: 88010-020
Telefone: (48) 3223-1678/1393
E-mail: sindesp@sindesp-sc.org.br
Presidente: Dilmo Wanderley Berger

SINDESP/SE

Endereço: Rua Terezinha da Costa Santos, 347
Jardim Alvorada Aracaju-SE, CEP: 49045-133
Telefone: (79) 3231-5971
E-mail: administracao@sindesp-se.com.br
Presidente: Sandro Ataíde Moura

SINDESP/TO

Endereço: Quadra 204 Sul Alameda 13, Lote 02
(antiga ARSE 21) Palmas-TO, CEP: 77020-476
Telefone: (63) 3214-6593
E-mail: sindespto@uol.com.br
Presidente: Joseph Ribamar Madeira

SINDESP/MS

Endereço: Rua Japão 815, Jóquei Club, Campo
Grande-MS,
CEP: 79.080-450
Telefone: (67) 3222-5422/99245 0307
E-mail: secretariaexecutiva@sindesvms.com.br
Presidente: Amílio José do Pilar

SINESVINO

Endereço: Rua Julio de Castilhos,
651 Sala 109 - Centro
Farroupilha-RS, CEP: 95180-000
Telefone: (54) 3268-6555
E-mail: sindicato.sinesvino@gmail.com
Presidente: Gilberto Perera



Fique ligado na nossa
Agenda

JANEIRO

DIA 28

- **Período da Manhã**

Reunião do Conselho Gestor, Brasília-DF

FEVEREIRO

DIA 11

- **Período da Manhã**

Reunião da Diretoria-Executiva da Fenavist, Brasília-DF

- **Período da Tarde**

Reunião da Diretoria do INASEP

MARÇO

DIA 1

37 Anos da Fenavist

DIA 18

- **Período da Manhã**

Reunião do Conselho Gestor Fenavist, Brasília-DF

DIA 27

- **Período da Tarde**

Encontro Jurídico da Fenavist, Brasília-DF

ABRIL

DIAS 22 E 23

6º World Security Congress - Congresso Mundial de Segurança, São Paulo-SP

DIA 22

Reunião da Diretoria-Executiva da Fenavist, São Paulo-SP

MAIO

DIA 13

Eleição Fenavist para a Gestão 2026 -2030, Brasília-DF

JUNHO

DIA 9

- **Período da Tarde**

Reunião de Diretoria do INASEP e Assembleia Geral Ordinária (Aprovação das Contas 2025), Brasília-DF

DIA 10

- **Período da Manhã**

Reunião de Diretoria da Fenavist e Assembleia Geral Ordinária (Aprovação das Contas 2025), Brasília-DF



Fique ligado na nossa
Agenda

JULHO

DIA 21

Final do mandato da Gestão 2022-2026

DIA 22

Início do mandato da Gestão 2026-2030

DIA 31

Encontro Jurídico da Fenavist,
Brasília-DF

AGOSTO

DIA 19

• **Período da Manhã**

Reunião Conselho Gestor da Fenavist,
Brasília-DF

• **Período da Tarde**

Reunião da Diretoria do INASEP,
Brasília-DF

SETEMBRO

DIA 9

• **Período da Manhã**

Reunião da Diretoria-Executiva da
Fenavist, Brasília-DF

OUTUBRO

DIA 21

• **Período da Manhã**

Reunião Conselho Gestor da Fenavist,
Brasília-DF

NOVEMBRO

DIA 6

Encontro Jurídico da Fenavist, Brasília-DF

DIA 23

• **Período da Tarde**

Reunião de Diretoria do INASEP e
Assembleia Geral Ordinária (Aprovação
do Orçamento 2027), Brasília-DF

DIA 24

• **Período da Manhã**

Reunião de Diretoria da Fenavist e
Assembleia Geral Ordinária (Aprovação
do Orçamento 2027), Brasília-DF

• **Período da Noite**

Jantar de Confraternização Fenavist



Faça parte da
transformação.

Só o que importa
são as pessoas.

Somos
todos iguais!



UNIVERSIDADE ZUMBI DOS PALMARES
INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE ENSINO SUPERIOR
SÃO PAULO • BRASIL

Anuncie aqui!



**SUA
EMPRESA
COM
DESTAQUE**

REVISTA
Fenavist
Federacão Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores

Contato Comercial:
(61) 3327-5440
fenavist@fenavist.org.br

R E M E T E N T E